DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0124/15		DATA: 19/03/2015
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 10h10min	TÉRMINO: 14h39min	PÁGINAS: 111

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RENATO DE SOUZA DUQUE - Ex-Diretor de Serviços da PETROBRAS.

SUMÁRIO
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis e momentos de tumulto em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregularidades no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS, com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da Companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da Ata da 4ª Reunião, sendo assim, indago se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, solicito dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Onyx Lorenzoni.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, aproveito o momento da discussão da ata para abordar uma questão de ordem sobre os procedimentos desta Comissão, baseando-me no art. 171, coincidentemente o art. 171 do Regimento Interno.

Hoje, V.Exa. está convocando uma sessão às 9 horas, com lista de presença. Às 9 horas, chegamos aqui e já há mais de 10 nomes, numa lista que começa às 8 horas da manhã, numa folha em branco. Há muitas assinaturas aqui! Muitas delas de assessor que está vindo para cá pegar lugar na fila para a inscrição. Peço a V.Exa. que coloque ordem nesta Casa. Às vezes, quando chegamos aqui, há lugar marcado. Isso está parecendo colégio, coisa de menino com lugar marcado para sentarem juntos A, B, C, D, E. Assessor senta, coloca um livro na cadeira, como a dizer: *"Aqui não podem sentar porque é lugar do Deputado Fulano de Tal que vai chegar."* Acho que V.Exa. deve colocar ordem e determinar aos bons servidores desta Casa que não deem mais valor a essa prática. Chegou-se ao absurdo, Sr.

Presidente, de eu ir assinar no Item nº 5 da lista, que estava em aberto, e um assessor chegou, colocou a mão na frente para eu não assinar e disse: *"Esse buraco aqui é do Deputado Fulano de Tal, que chegou aqui às 8h20min e deixou o nome assinado num papel em branco."* Isto é um absurdo! V.Exa. pode conferir com a sua assessoria e com a Secretaria da Comissão o que aconteceu. Ou V.Exa. põe ordem ou começarão a existir aqui privilégios desnecessários com determinadas práticas. Chega gente aqui que faz discurso contra a corrupção, mas, nos pequenos gestos comete delitos e desvios de condutas. Ou seja, burlam o Regimento. É isto que está acontecendo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Ao terminar de ler os procedimentos iniciais, já determinei à Secretaria da CPI que as inscrições que não forem feitas pela lista de inscrição, que a Secretária disponibiliza aos Parlamentares, exclusivamente para Parlamentares, não serão levadas em consideração.

Para atender ao apelo daqueles Deputados que chegam mais cedo, nós determinamos que, a partir da próxima reunião, a lista de inscrição será aberta às 8h45min. Como estamos marcando reunião, todas as semanas, às 9h30min, nós iremos abrir as inscrições 15 minutos antes. A partir de 8h45min, haverá aqui uma pessoa da Secretaria da CPI para atender aos Parlamentares. Lembro que assessores e amigos não poderão vir fazer inscrições.

Essa questão de guardar lugar, acredito, é uma infantilidade. Qualquer lugar do plenário dá para participar muito bem e contribuir com o trabalho da CPI. Quero não só garantir a V.Exa., mas também a todos os membros da CPI que, a partir da próxima reunião, esse pequeno descuido que aconteceu no dia de hoje não se repetirá. Nós iremos cumprir religiosamente o Regimento.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Agradeço a V.Exa. pela atenção e pela condução dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu só queria dizer, concordando com o Deputado Efraim Filho, que, na verdade, os assessores não são culpados. Deputado é que manda assessor fazer isso. Então, a culpa é do Deputado e não da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão a ata.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão a V.Exa. Sugiro que a inscrição comece a partir das 8 horas. Eu chego aqui por volta de 7h30min, 8 horas, e gostaria de fazer a inscrição mais cedo. Se há Deputado que quer dormir até mais tarde... Sugiro a V.Exa. essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Fica na fila.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já estou exagerando um pouco, porque o expediente dos funcionários da Câmara inicia-se às 9 horas. Então, não posso exigir que os funcionários cheguem antes disso.

Eu já entrei num acordo aqui com os funcionários da CPI, estou antecipando em 15 minutos justamente para que esses desentendimentos não voltem a acontecer. Infelizmente, Deputado Delegado Waldir, não posso atender o apelo de V.Exa., porque o expediente aqui só se inicia às 9 horas.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

Avisos nºs 223 e 232, de 2015, do Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas da União, informando que os expedientes da CPI autuados como processos foram remetidos à Secretaria-Geral de Controle Externo daquela Casa para adoção das providências pertinentes.

Ofício do Diretor da Consultoria Legislativa designando o Consultor Legislativo Dr. Paulo César Ribeiro Lima para assessorar o Relator da CPI, Deputado Luiz Sérgio.

Ofício do Diretor da Consultoria Legislativa designando os Consultores Dr. Francisco José Rocha de Sousa, Dr. César Costa Alves de Mattos, Dr. Milso Nunes Veloso de Andrade e Dr. Paulo Roberto Ossami Haraguchi para prestarem assessoramento à CPI, estando orientados a procurar cada um dos sub-relatores.

Ofício do Deputado Celso Russomanno, Líder do Bloco Parlamentar PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PRTB/PTC/PSL/PTdoB, indicando o Deputado Aluisio Mendes, do PSDC do Maranhão, Vice-Líder, para fazer comunicação de liderança pelo bloco nos trabalhos desta Comissão.

Ofício do Deputado Marcelo Aro, Líder do PHS, indicando o Deputado Adail Carneiro, do PHS do Ceará, Vice-Líder do PHS, para fazer uso do tempo de liderança nas reuniões e audiências desta CPI.

Ofício do Deputado Waldir Maranhão, do PP do Maranhão, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, colocando-se à disposição da CPI para prestar esclarecimentos necessários referentes ao Inquérito nº 3.989, no qual seu nome foi citado, para apuração dos fatos que também são objetos desta Comissão. O Deputado solicita que sua oitiva seja designada tão logo tenha acesso a toda prova já produzida e encartada nos autos da CPI.

Como adotamos o procedimento com o Presidente Eduardo Cunha, iremos marcar para a próxima reunião, que será a sessão deliberativa da próxima terça-feira, às 14h30, para que, inicialmente, antes de deliberarmos os requerimentos, o Deputado Waldir Maranhão possa vir à CPI fazer os esclarecimentos necessários.

Então, peço que a Secretaria da CPI entre em contato com o Deputado Waldir Maranhão, para que ele possa, na próxima reunião, exercer a sua vontade de vir a este plenário.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, sobre o depoimento do Deputado Waldir Maranhão, eu acho que esse procedimento que CPI adotou de que todos os que foram listados, Parlamentares que foram citados na lista do Procurador Janot, todos que foram, a CPI está adotando um procedimento antes de votar essa questão na própria CPI. O Deputado Eduardo Cunha já veio aqui por antecipação; agora, o Deputado Waldir Maranhão. Existe convocação para isso.

Eu queria que os requerimentos fossem submetidos à votação, porque este é um procedimento que deve ser submetido ao coletivo e não a uma decisão individual da Mesa, em minha opinião. O coletivo é soberano para decidir sobre essa questão, Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É prerrogativa do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onix.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu vou voltar a uma tese que eu expus a V.Exa. e aos membros da Comissão na reunião anterior ainda à vinda do Presidente Eduardo Cunha.

Eu quero trazer aqui como contribuição a experiência vivida na CPI dos Correios. Lá, quando localizamos as conexões que ligavam Parlamentares a recebimento de recursos do Banco Rural, nós condensamos toda essa documentação, individualizamos as operações, transferimos para a CPI do Mensalão e transferimos para o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

Então, eu quero reiterar que CPI não é Conselho de Ética. Há uma comissão específica aqui para tratar dessas questões. Se o Plenário desta Comissão julgar adequado, e V.Exa. também, usar uma dessas sub-relatorias que estão criadas ou pré-criadas para dar um tratamento específico a essas investigações parlamentares, aí pode-se aprofundar de tal forma que só viriam ao plenário da Comissão aquelas que têm conexão direta com o processo investigativo desta Comissão esteja, e não apenas quando se tem indício ou se tem alguma citação; senão, nós vamos estabelecer aqui ou um muro de lamentações ou uma vacina prévia ou uma autoimunização, porque virá de lá, do Conselho de Ética da Câmara, e não é esta a função da CPI.

Então, eu acho que tem que haver uma reunião da Mesa Diretora para estabelecer qual será o procedimento, porque, à medida que o Presidente da Câmara abriu a temporada de autoexplicações, isso, daqui a pouco, pode gerar uma tomada de tempo, como nós vimos na última quinta-feira. Nós gastamos aqui quase 4 horas sem que os Parlamentares tivessem nenhum elemento para julgar se estava O.k., se não estava O.k., se era correto, ou se não era correto.

Então, eu quero só dar essa contribuição, para que a CPI possa focar no que é importante: seguir o dinheiro, ir atrás dos beneficiários, ajudar a esclarecer. E aquilo que envolve Parlamentares, que, fatalmente, serão julgados no Conselho Ética, que se crie uma subcomissão, ou uma sub-relatoria, para se debruçar sobre esse tema. Então, permite-se lá que o Parlamentar, se quiser dar depoimento voluntário, dê, mas, quando tiver que ser convocado, seja. E, quanto àqueles que tiverem alta relevância para todo o esquema de corrupção, aí, como disse corretamente o Deputado que me antecedeu, a gente vota a convocação aqui e traz para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Olha, já respondendo a questão de ordem do Deputado Ivan e também o Deputado Onyx, existem

requerimentos na pauta tratando desse tema — parece-me até que do Deputado Ivan Valente, convocando os Deputados e Senadores que foram citados na lista que foi entregue ao Supremo Tribunal Federal. Nós já colocamos o requerimento na pauta. Ele estará na pauta da próxima reunião.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só uma informação importante, Presidente. Nós também apresentamos um requerimento com o mesmo teor, também protocolado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, existem requerimentos nesse mesmo sentido, e nós adotamos um procedimento para o Deputado Eduardo Cunha, e eu não posso aqui diferenciar o Presidente dos demais Deputados. Nós colocamos a CPI à disposição para aqueles que queiram vir espontaneamente, nós abrimos aqui o espaço para que o Parlamentar possa exercer o seu direito de defesa e de fazer os esclarecimentos necessários. Com o requerimento sendo aprovado, Deputado Onyx, eu não tenho dúvida de que a melhor saída seria, sim, criarmos uma alternativa para ouvir os Parlamentares, porque são mais de 50 nomes, e nós ficaríamos aqui, acredito eu, nesses 6 meses, só ouvindo Parlamentar, e não iríamos adentrar na investigação, que é o papel, de fato, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, o requerimento estará na pauta, Deputado Ivan, Deputada Eliziane, mas, como adotamos esse procedimento para o Presidente Eduardo Cunha, nós iremos adotar o mesmo tratamento para todo aquele que quiser vir à Comissão espontaneamente. Então, o Deputado Waldir Maranhão, nós já iremos comunicá-lo que, na próxima terça-feira, a Comissão estará à disposição para que ele possa vir aqui fazer os esclarecimentos que achar necessários.

Informo as próximas reuniões desta Comissão: para o próximo dia 24 de março, terça-feira, às 10 horas, no Anexo II, sala 165-B, reunião interna da CPI, entre o Presidente, os Vice-Presidentes, o Relator, os Sub-Relatores, os Líderes partidários e os membros que desejarem participar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Que horário, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Às 10 horas da manhã do próximo dia 24, terça-feira.

No mesmo dia, às 14h30min, em plenário a definir, sessão deliberativa de requerimentos. No dia 26 de março, quinta-feira, em plenário a definir, oitiva do Sr. Julio Faerman, representante da SBM Offshore do Brasil. No dia 31 de março, terça-feira, às 9h30min, em plenário a definir, oitiva do Sr. Glauco Colepicolo Legatti, Diretor da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. E, no dia 7 de abril, terça-feira, às 9h30min, em plenário a definir, oitiva do Sr. Hugo Repsold, Diretor da GASENE, que irá vir, também, participar de oitivas aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

A presente reunião destina-se à audiência pública com a presença do Sr. Renato de Souza Duque, ex-Diretor de Serviços da PETROBRAS, convocado pelos Requerimentos nºs 15, de 2015, do Deputado Carlos Sampaio; 88, de 2015, do Deputado Onyx Lorenzoni; 124, de 2015, da Deputada Eliziane Gama; 173, de 2015, do Deputado Afonso Florence; 226, do Deputado Júlio Delgado: e 240, de 2015, do Deputado Paulo Pereira da Silva.

Após o exame do conteúdo dos requerimentos aprovados, esta Presidência informa que o depoente será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os seus direitos constitucionais. Ademais, o depoente encontra-se preso, devendo-lhe ser garantido o que dispõe o art. 5º, LXIII, da Constituição Federal. Nesse sentido, também é a decisão exarada pelo Juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, no Paraná, Sergio Moro, que viabilizou essa oitiva, já que o depoente se encontra custodiado na Polícia Federal do Paraná por ordem daquele Juízo.

Neste particular, lavrou o Juiz a decisão nos seguintes termos: *"De forma desnecessária e redundante, conseguindo, não obstante, que a Renato Duque devem ser garantidos os direitos inerentes à condição de acusado investigado, inclusive direito ao silêncio e à assistência pelo defensor constituído."*

Eu gostaria de convidar o Sr. Renato Duque a que seja trazido ao plenário e tome assento à mesa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa. pela oportunidade de se fazer a reunião aqui na Casa. Havia um ato impeditivo. Mas V.Exa. conversou com o Presidente da Casa, e foi liberada a realização da reunião aqui na Casa. Eu queria cumprimentar V.Exa. por esse ato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Arnaldo.

Com a palavra o Deputado Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Há um requerimento do Deputado Carlos Marun e outros, da bancada do PMDB, também propondo... Sr. Presidente, peça à assessoria para averiguar. Há também um requerimento nosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. sabe informar se foram aprovados os requerimentos do PMDB e se estão nessa lista.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Estavam no pacote.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como autor?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Como autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou pedir à Secretaria para checar.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - É da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se houver sido aprovado, garantiremos o direito de autor ao PMDB.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Obrigado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu quero fazer um apelo em relação à urbanidade da nossa atuação na CPI.

Na última quinta-feira, nós fizemos aqui a oitiva do Sr. Sérgio Gabrielli. Assistindo ao *Jornal das Dez* da *Globo News,* eu vi uma declaração do Deputado do PSDB, Nilson Leitão, que não é membro desta Comissão, referindo-se à palhaçada do Relator Luiz Sérgio.

Eu gostaria muito que a gente respeitasse esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque é uma Comissão séria, com Deputados sérios que estão aqui para investigar.

Eu queria solidarizar-me com o nosso Relator, que foi indicado por V.Exa. e tem conduzido o trabalho de maneira séria e correta.

Então, eu quero fazer esse apelo, para que não haja mais esse tipo de situação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós não admitiremos, no exercício da Presidência, nenhum tipo de desrespeito não só ao Relator como também a nenhum Parlamentar. Nós exerceremos o direito de cassar a palavra daquele Deputado que não mantiver o respeito exigido para exercer o mandato parlamentar à altura do que o povo brasileiro espera desta Casa.

Eu gostaria ainda de dizer que todo esforço feito, não só por esta Presidência, mas por todos que compõem a Mesa, Relator e Sub-Relatores, no sentido que esta reunião pudesse ser realizada nas dependências da Câmara dos Deputados, inclusive solicitando ao Presidente que ele suspendesse excepcionalmente o ato que impedia a vinda do Sr. Renato Duque, foi visando a transparência dos trabalhos, a oportunidade para que a imprensa possa levar a todos os recantos do Brasil o nosso trabalho, que, sem dúvida alguma, vai ao encontro daquilo que o povo brasileiro espera, que é uma investigação séria, imparcial, isenta e autônoma que vise o aprofundamento dessa investigação, para darmos as respostas que a sociedade brasileira cobra da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional nesse momento. Então, iremos sempre defender que as reuniões possam ser o mais transparentes possível.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu tenho sido muito questionado por Parlamentares e também por pessoas da imprensa se isso foi uma excepcionalidade para o Sr. Renato Duque ou se houve a revogação total desse ato da Mesa em relação a outras pessoas que se encontram presas para as quais há requerimento de convocação nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Luiz Sérgio, como o Presidente Eduardo Cunha decidiu essa excepcionalidade na tarde de ontem — e ele me ligava à tarde para comunicar —, nós havíamos feito esse pedido de solicitação. Inclusive, está aqui a decisão da Presidência, que eu irei ler. S.Exa. suspendeu o ato excepcionalmente nesse caso do Sr. Renato Duque. O ato da Mesa não foi revogado na sua totalidade.

Então, para que fique claro, irei ler a decisão do Presidente Eduardo Cunha:

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

O Presidente da Câmara dos Deputados, com fundamento no parágrafo único do art. 15, c/c o art. 17, VI, "o", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, decide, ad referendum da Mesa Diretora, suspender a vigência do Ato da Mesa nº 82, de 12 de julho de 2006, que "veda a realização de oitivas de presos nas dependências da Câmara dos Deputados", para fins de tomada do depoimento do Senhor Renato de Souza Duque à Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de "investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Sala das Sessões, 18 de março de 2015.

Eduardo Cunha

Presidente

Então, o Presidente suspendeu excepcionalmente, *ad referendum*, o ato da Mesa, para que esta oitiva pudesse se realizar na manhã de hoje.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu acho que, como foi aberto um precedente, havendo qualquer necessidade de ouvir outra pessoa que esteja sob a

custódia da Polícia Federal, a gente poderá solicitar ao Presidente que abra também como no precedente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, no mesmo sentido, eu ia sugerir que V.Exa. apelasse ao Presidente desta Casa — evidentemente, é uma decisão da Mesa — que tome já de pronto a decisão, neste caso, e há outros tantos depoentes que já estão sob custódia da Polícia Federal, de autorizar que esses depoimentos sejam feitos aqui. Aí, também não ficaria a CPI na instabilidade do aguardo dessa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Irei procurar tratar o assunto...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu complemento com uma sugestão a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Faço uma sugestão a V.Exa.: converse com o Presidente da Câmara, como foi dito pelos colegas, para que aqueles requerimentos que forem aprovados pela Comissão tenham o mesmo tratamento, para que não pareçamos ter uma postura discricionária — quando interessa a alguém, o depoente é chamado. Aqui, a referência e o interesse é a aprovação da Comissão; então, sendo o requerimento aprovado, que ele tenha mesmo tratamento.

É uma sugestão. V.Exa., conversando com o Presidente da Casa, certamente chegará a um bom acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Iremos manter o mesmo esforço que fizemos para que a reunião pudesse ser realizada aqui nas dependências da Câmara dos Deputados. Sempre que nos depararmos com situações similares a essa, iremos fazer o mesmo esforço, para que a CPI possa ter o seu bom funcionamento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O precedente já está alcançado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados, como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o

de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído, cuja procuração tenho em mãos, aqui na Mesa.

Nela, o Sr. Renato de Souza Duque nomeia como seus procuradores os advogados Alexandre Lopes de Oliveira, OAB-RJ 81.570, e Hector Ribeiro Freitas, OAB-DF 22.909, com escritório na Rua México, nº 90, sala 402, Centro, Rio de Janeiro, outorgando-lhes os poderes específicos para representá-lo perante a CPI da PETROBRAS, em curso na Câmara dos Deputados, sendo-lhes facultado substabelecer. Assina o Sr. Renato de Souza Duque, em 19 de março de 2015

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, como a procuração é para dois advogados, eu quero saber qual advogado acompanha Renato Duque.

O SR. ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA - Alexandre Lopes de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Alexandre Lopes de Oliveira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de até 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo os convidados de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Mesmo que regimentalmente seja determinado o prazo de até 3 minutos, o Plenário da CPI poderá decidir por prazo diferente.

Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o depoente, Sr. Renato de Souza Duque.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Bom dia a todos, Sras. e Srs. Parlamentares, a esta Mesa, que cumprimento neste momento. Não posso dizer que é um prazer estar aqui, mas é uma obrigação, e como cidadão aqui estou presente.

Eu gostaria de dizer que, por orientação da minha defesa técnica, na condição de investigado, estou exercendo, com todo respeito a esta Casa, o meu direito constitucional ao silêncio, reservando-me a responder perante o Judiciário a todas as acusações que ora estão sendo feitas contra mim, que eu tenho certeza que, no momento oportuno, serão esclarecidas e serão sanadas todas as dúvidas. Tenho certeza que existe uma hora de falar e uma hora de calar. Esta é a hora de calar, do meu ponto de vista, porque estou sendo acusado, me encontro preso. Então, por esse motivo, é que estou exercendo o meu direito constitucional ao silêncio. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, mas as perguntas poderão ser feitas, não é? Só não serão respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Iremos garantir agora o tempo ao Relator, para que ele possa fazer uso da palavra; em seguida, o Sr. Sub-Relator...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O depoente quer dizer que não vai responder nenhuma pergunta que lhe for feita na manhã de hoje. É isto? Não vai falar nada, dizer nada?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Sim, manterei o silêncio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, então as perguntas vão ser feitas e não terão respostas?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Iremos dar a palavra ao Relator e adotaremos aqui o procedimento a ser seguido.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Paulinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Só para fazer uma consulta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu queria a resposta dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - José Carlos, só um minuto. Como ele não vai responder, até para a gente se preparar, queria saber se

nós podemos encaminhar as perguntas que íamos fazer à Mesa, para constar em ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso nós garantiremos aos Deputados que farão questionamentos. E, caso a sessão não tenha a produção esperada, porque como o investigado irá se manter na condição de ficar calado, garantiremos aos Deputados o direito e, assim sendo o desejo de cada um, a Secretaria irá receber as perguntas para que constem em ata as perguntas de cada Parlamentar. Isto é um direito adquirido, e nós iremos cumprir.

Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Parabéns, Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. esclarecesse aos nossos telespectadores da nossa reunião em que consiste o direito constitucional que alega o depoente. Aqui, nós Parlamentares sabemos, mas a população precisa entender por que ele tem o direito de ficar calado.

Eu acho que seria útil que as pessoas entendessem com clareza que ele está efetivamente exercendo um direito constitucional, já que está sendo processado e não quer que o que ele falar aqui seja usado contra ele no processo, mas é importante que a população como um todo, e eventualmente aqui há alguns assistentes da nossa reunião, entenda que ele, de fato, exerce um direito constitucional, que é dado a todo cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Irei ler aqui o art. 5º, LXIII, da nossa Constituição, que é o que garante ao investigado o direito de ficar calado.

O art. 5º da Constituição diz o seguinte:

> *"Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*
>
> *.....*
>
> *"XLIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;"*

Então, esse artigo dá ao Sr. Renato Duque o direito de permanecer em silêncio. Como nós somos escravos da Constituição e, por consequência, do Regimento Interno desta Casa, o Sr. Renato Duque tem direito a permanecer em silêncio, e resta a nós respeitar esse direito que lhe é assegurado pela nossa Constituição.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, V.Exa. vai permitir que os Deputados façam as perguntas a ele e tentem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Iremos permitir que os Deputados façam as perguntas. Porém, acredito que temos aqui uma grande leva de Deputados inscritos. Àqueles que desejarem exercer o direito de questionar nós iremos — claro — dar o direito de os Parlamentares poderem falar.

Deputado Luiz Sérgio com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nos cargos de gerência que V.Sa. já ocupou na PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Relator precisa falar mais alto, Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como é a segunda reclamação, possivelmente este microfone não esteja num bom tom.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Tem que levantar mais o som.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nos cargos de gerência que V.Sa. já ocupou na PETROBRAS, quem eram os seus respectivos superiores em cada período?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deem um microfone sem fio ao Sr. Renato Duque.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Por orientação da minha defesa, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como foi a sua indicação para a diretoria que ocupou? Houve indicação política? Caso positivo, por quem?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou exercer o meu direito constitucional de ficar calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No período em que V.Sa. ocupou a Diretoria de Serviços, respondia por contratações da PETROBRAS. Poderia

descrever como são os processos e as etapas para aprovação de grandes projetos formalmente dentro da PETROBRAS, quais as etapas e os responsáveis pela contratação?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Relator, desculpe-me.

Sr. Presidente, eu sei da boa vontade do Relator, mas aí, por uma questão até... Todos os Deputados irão fazer perguntas. Como o depoente já disse que vai exercer o direito de ficar calado, eu ia sugerir que as perguntas fossem sendo feitas — a menos que o Relator não queira — sem interrupção para o depoente falar, até porque todos nós faremos perguntas daqui a pouco, e isso vai ser um tanto quanto cansativo para todos nós aqui.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Economia processual.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal que diz que tem que ser pergunta a pergunta.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Nós estamos aqui para trabalhar. Não vamos cansar.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Se for isso, tudo bem. Se há essa decisão, não tem por que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está assegurada ao Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em depoimento a esta CPI, o Sr. Sérgio Gabrielli, ex-Presidente da PETROBRAS, afirmou a esta Comissão que — retirei isso das notas taquigráficas ainda sem as correções — teria sido impossível perceber atos de corrupção ou pagamento de propinas. Segundo ele, algumas pessoas de dentro da empresa negociavam de modo criminoso, associavam-se com fornecedores externos à PETROBRAS, que, por sua vez, dividiam os lucros legítimos deles dentro da margem da PETROBRAS. V.Sa. concorda com essa afirmação?

Na mesma linha de Gabrielli, Pedro Barusco afirmou a esta CPI que os procedimentos licitatórios da PETROBRAS eram todos dentro da regularidade. Ao ser perguntado por mim quanto à possibilidade de se identificar conluio entre empresas no momento da licitação, Barusco disse: *"Eu acho muito difícil. Eu acho*

que a questão é mais externa. Eu acho a governança da PETROBRAS, apesar de ter acontecido o que está acontecendo, eu acho a governança da PETROBRAS boa. Eu acho que o problema não está nesse fato. Está nas pessoas. Está na instituição. Mas a governança dos processos licitatórios é muito firme. Não vaza orçamento. A seleção das empresas é feita baseada num sistema que se chama PROGEF, que seleciona as empresas. O que havia era formação de cartéis, externos. Havia contatos com alguns diretores, com alguns dirigentes. Mas eu não acho que o problema está localizado na comissão de licitação."

Na sua visão, no que se refere à transparência e correção como se davam os processos licitatórios da PETROBRAS, os pagamentos de propina se davam fora da empresa PETROBRAS?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não pensei que fosse tão difícil ficar calado, mas, por orientação da minha defesa, exercerei o meu direito constitucional de ficar calado.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Tenha coragem!

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ainda sobre o tema licitação, V.Sa. poderia informar a esta Comissão a quem cabia conhecer os valores finais do orçamento elaborado pela PETROBRAS, que servia de referência para a escolha da melhor proposta? Essa informação era compartilhada ou apenas algum diretor ou representante da Comissão de Licitação tinha conhecimento dela? V.Sa. conhecia esses valores antes da apresentação das propostas pela empresa? Pode-se identificar algum tipo de vazamento de informação antes da decisão da Comissão de Licitação? V.Sa. tem conhecimento de casos de vazamento dessa informação? Há auditoria, auditorias ou sindicâncias internas sobre os trabalhos dessa Comissão?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - As fontes de referência que a PETROBRAS usa para estimar os custos das obras seriam praticamente as mesmas que as empresas usam? A margem seria menos 15% a mais 20%, média usada para projeto de engenharia de alta complexidade? Como V.Sa. avalia essa questão? As empresas apresentavam proposta acima das referências? Nesse caso havia negociação? Como as negociações eram feitas?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É de conhecimento a exigência de obtenção de certificado de registro e classificação cadastral, cadastro corporativo utilizado pela PETROBRAS para manter uma pré-qualificação de alguns fornecedores relacionados a itens de maior complexidade por parte ou valor? V.Sa. interferiu ou sabe de algum diretor ou gerente que tenha interferido de maneira ilícita no processo de obtenção do certificado da PETROBRAS para favorecer alguma empresa?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Por orientação da minha defesa, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como as partes que estão sendo acusadas de formar cartel embutiriam um percentual para atender a pagamentos indevidos a gestores e funcionários da PETROBRAS, a agentes políticos e privados? O que V.Sa. tem a dizer sobre isso? Quais são essas empresas?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Por orientação da minha defesa, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O modelo de contratação da PETROBRAS tem como base jurídica o Decreto nº 2.745, de 1988. O senhor considera que esse instrumento dá margem ao conluio entre empresas e à corrupção de funcionários da PETROBRAS?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Os delatores confirmam que o esquema denunciado envolveria não apenas os contratos da Diretoria de Abastecimento no comando do Sr. Paulo Roberto Costa. Eles afirmam que outras diretorias e demais gestores da PETROBRAS estariam envolvidos, inclusive a diretoria à qual V.Sa. pertencia. Poderia descrever a forma de operação de cada um deles e desde quando e como V.Sa. participou?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. poderia relatar a esta CPI se existiam suspeitas de casos de corrupção envolvendo dirigentes da PETROBRAS nos anos anteriores ao período em que V.Sa. esteve à frente da direção da empresa?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ficou bastante conhecido o episódio envolvendo o jornalista Paulo Francis e a PETROBRAS, entre 1996 e 1997. Francis acusava a diretoria da PETROBRAS de ter contas secretas na Suíça, fruto de corrupção. A empresa ajuizou ação contra o jornalista nos Estados Unidos. Pelo que se tem notícia, a denúncia nem foi investigada. A *Veja* de abril de 1992 apresenta uma reportagem sobre corrupção na PETROBRAS. Nela, é denunciado um esquema de corrupção na PETROBRAS, sob o comando de Pedro Paulo Leoni Ramos, um dos personagens ainda no Governo Collor. Nesse esquema, segundo a revista *Veja*, Paulo Leoni teria indicado de quatro a cinco diretores da PETROBRAS e administrado um esquema fraudulento. Na sua opinião, quando a corrupção começou a ocorrer na PETROBRAS? Quais seriam os mecanismos utilizados antes e até anos recentes?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na Justiça Federal, o Sr. Paulo Roberto Costa afirmou que o Sr. Nestor Cerveró, Diretor da Área Internacional, era muito ligado ao PMDB e recebia repasse dos contratos da PETROBRAS com empreiteiras. Disse também que quem fazia a articulação com a Diretoria Internacional para o PMDB era o Sr. Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano. Já em depoimento prestado em 10 de setembro de 2014 à CPMI que apurava fato semelhante, o Sr. Nestor Cerveró afirmou que não tinha conhecimento da forma como operava ilicitamente o ex-Diretor de Abastecimento. O Sr. Paulo Roberto Costa negou sua participação no esquema. V.Sa. tem conhecimento do teor dessas afirmações?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou exercer meu direito constitucional de ficar calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Sr. Sérgio Gabrielli afirmou que, após 1 ano de investigação da Operação Lava-Jato, auditorias internas, ações do Tribunal de Contas da União, ainda não se chegou a uma conclusão final sobre como identificar a corrupção tal como foi descoberta pela Operação Lava-Jato. Segundo Gabrielli, trata-se de caso de investigação policial. Na opinião de V.Sa., as auditorias

internas e externa da PETROBRAS foram ou são insuficientes ou incapazes de encontrar indícios desse tipo de corrupção que ocorria na empresa?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Fale sobre o relacionamento de V.Sa. com o Sr. Pedro Barusco. Quando Barusco começou a trabalhar junto com V.Sa., quais eram as suas relações hierárquicas de emprego? Ele era seu subordinado. Os senhores eram amigos próximos ou apenas colegas de trabalho? Pode relatar o grau de confiança depositado em Barusco? Em delação premiada recente, que se tornou pública e amplamente debatida nesta Comissão, o Sr. Barusco afirmou que V.Sa. o teria convidado para assumir o cargo de gerente-executivo de exploração. Essa é sua versão dos fatos. Por que o manteve por tantos anos nesse cargo de confiança, entre 2003 e 2011?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Sr. Barusco declarou em sua delação premiada que certas empresas formavam um cartel para disputar obras junto à PETROBRAS, entre as quais foram listadas, como parte de um chamado clube de empresas, as seguintes: Camargo Corrêa S/A, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Engevix, IESA, Mendes Júnior, MPE, Setal, UTC, PROMON, Galvão Engenharia, Shanska. V.Sa. sabe por que essas empresas eram consideradas o clube do suposto cartel? V.Sa. sabe se outras empresas participam ou teriam participado? Quais seriam?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Sr. Barusco, instado a apresentar provas sobre a existência do cartel, teria apresentado um documento oficial de junho de 2008 que se refere ao encaminhamento de pedido para instaurar doze pacotes para obra na Refinaria Abreu e Lima, na qual teria havido o pagamento de propina. V.Sa. tem conhecimento desses fatos?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou exercer meu direito constitucional de ficar calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Sr. Barusco, na delação premiada, afirmou que, desde 1997, amealhou cerca de 97 milhões de dólares. Disse ainda que, ao longo dos anos de 2005 a 2010, aproximadamente, ele e V.Sa. receberam

propinas de mais de 60 contratos firmados entre empresas ou consórcio de empresas e a PETROBRAS. V.Sa. confirma que recebeu propina, como afirma o Sr. Barusco?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou exercer meu direito constitucional de ficar calado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Para nós podermos simplificar um pouco, essa pergunta poderia ser feita e também ser dito ao Sr. Renato Duque o seguinte: que o silêncio dele significa que ele está confirmando. O silêncio dele está confirmando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado José Carlos Araújo, nós estamos aqui assegurando ao Relator o direito de perguntar. Ele está fazendo isso da maneira que lhe convém. Não cabe a este Presidente interferir na forma como o Relator pergunta e muito menos na forma como o investigado está respondendo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu não estou pedindo a V.Exa. que interfira. Eu estou sugerindo ao Relator que, ficando clara essa pergunta que acabou de ser feita, significa que ele está confirmando que isso é verdade.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É constitucionalizar o “quem cala consente”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Na nossa visão, é subentender, tentar fazer um esforço para subentender através do silêncio. Cabe ao Relator, que está fazendo as perguntas, entender da maneira que lhe convier.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A Sete Brasil foi constituída com capital privado e recursos de investidores provenientes de fundos de pensão — PETROS, Previ, Valia e FUNCEF —, recursos da PETROBRAS e de bancos, como o Pactual, o Bradesco e o Santander. A empresa é alvo de várias suspeitas, notadamente de ter sido constituída para fins fraudulentos. Ora, como instituições financeiras com vasta experiência em investimentos poderiam aportar recursos em empreendimentos

que não tivessem sólida capacidade para cumprimento de seus fins de forma lícita? Qual é a avaliação de V.Sa.?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou exercer meu direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu ainda tenho algumas perguntas, mas, para o desenrolar dos trabalhos, por ora eu vou dar aqui uma pausa. Se houver necessidade, eu retorno às perguntas.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes de dar a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, informo a V.Exa. que, se quiser encaminhar as perguntas para que constem em ata, a Secretaria da CPI receberá não só as de V.Exa., como também as dos demais Parlamentares, para que conste a participação e o desejo dos questionamentos de cada Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, eu ficarei com as perguntas, porque, como Relator, tenho a prerrogativa de retornar a fazê-las. Poderei, se houver necessidade, fazê-las.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, eu peço a palavra como Líder, mas sei que antes de mim está inscrito para falar como Líder o Deputado Chico Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Chico Alencar deseja usar a palavra como Líder?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Desejo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. terá...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Se até o depoente disse que gostaria muito de falar, traindo o que ele tem dito seguidamente aqui, mais do que nunca, nós, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, desejamos falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço à Secretaria da CPI que estabeleça o tempo da Liderança do PSOL.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Só uma questão de ordem: essa já é a ordem da lista de Líderes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim. Perfeito.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Há inscrição lá na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Chico Alencar com a palavra.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Começando: *"Estar aqui não é prazer, mas obrigação cidadã"*, disse Dr. Renato Duque. A postura dele... Aliás, sugiro economia processual a partir de agora. Em vez de oito palavras: *"Vou exercer meu direito constitucional de permanecer calado"*, use três palavrinhas: calo-me por direito. Fica mais fácil, poupa a sua voz e os nossos ouvidos.

Agora, a experiência de CPIs anteriores indica que quem se cala não apenas consente com afirmações que podem vir nas inquirições, como também tem culpa no cartório.

V.Sa. citou o Antigo Testamento, Eclesiástico: *"tempo de calar, tempo de falar"*. Pois no Novo Testamento está dito lá, por Paulo apóstolo, que a verdade liberta. Aliás, Lênin, também, para agradar o meu companheiro Deputado Ivan Valente, disse que a verdade é revolucionária. *(Risos.)* A sua postura de silêncio aqui é lida por nós do PSOL como cumplicidade com a engrenagem viciada, corrompida, de largo curso no tempo, do financiamento do sistema político brasileiro, notadamente em relação ao objeto desta CPI, que é a corrupção presente, embora não atual apenas, na PETROBRAS, onde há um conluio do cartel de empresas, que V.Sa., pelo investigado até agora, conhece bem e sobre ele não quer falar, onde a propina inclusive faz parte dos custos, para financiar, através de uma estatal que tanto prezamos e que defendemos, partidos, notadamente os da base do Governo. Quer dizer, o seu silêncio é cúmplice, infelizmente.

Eu tinha a esperança, sentida, de que V.Sa. pudesse falar aqui do depoimento do Barusco, que fez o acordo de colaboração e que o citou seguidamente; da situação do tesoureiro Vaccari, na era pós-delubiana do PT. Com tudo isso V.Sa. poderia colaborar em seu próprio favor, mas, infelizmente, V.Sa. está aqui numa postura de desrespeito, embora direito constitucional, sem dúvida.

Há uma Comissão do Parlamento brasileiro que tem a obrigação de buscar a verdade, de elucidar os fatos, no interesse público, no interesse coletivo, porque a esta CPI não é estranha uma Comissão Especial, e tudo desaguará no plenário, da Câmara e do Senado: Comissão Especial sobre a reforma política.

V.Sa., voluntária ou involuntariamente, dependendo do que dissesse aqui, estaria colaborando para uma profunda reforma do sistema político. E não quer colaborar. Poderia colocar aqui com clareza como há uma imbricação do público e do privado e como as empreiteiras, além do benefício patrimonial individual... Patrimonialismo é uma tradição no Brasil — vejo que o senhor é acusado de ter contas no exterior e estar movimentando inclusive até hoje —, mas ele também vertebra o nosso sistema político.

Esse silêncio, na minha visão, incrimina ainda mais V.Sa., porque não colabora minimamente, não ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E eu gostaria muito... Tive a vã esperança de que o senhor fosse mais Renato — deve saber a etimologia do nome, que é renascido —, disposto a superar essa quadra que realmente infelicita a sua vida, e menos Duque, na postura nobre, aristocrática, de quem tem conta no Principado de Mônaco à custa do Erário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado!

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quem perde nessa transação toda não são as empreiteiras, os diretores da PETROBRAS que se corromperam nem mesmo a entidade Governo e partidos financiados: é o povo brasileiro e é a nossa PETROBRAS.

Nós deploramos a sua postura nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, pela Liderança do PSDB.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu faço um registro aqui ao depoente. Está muito claro para a Polícia Federal, para o Ministério Público e para todos nós que esse esquema de corrupção começou no ano de 2003. Antes de 2003, nós tínhamos técnicos que

cuidavam da governança, e esses técnicos que cuidavam da governança tinham uma postura técnica. A partir de 2003, essa governança derivou para uma atuação eminentemente política, com indicações políticas.

Eu procurei aqui fazer uma matriz de evidências da participação de V.Sa. e o fiz, confesso, usando um pouco da minha experiência como promotor de justiça há 28 anos. Eu elenco aqui alguns dos fatos que integram essa matriz. V.Sa. foi relacionado, no mínimo, a 88 projetos de obras envolvidas em pagamentos de propina pelos delatores. Em pelo menos 88 projetos V.Sa. foi citado. Essas obras foram iniciadas em 15 de dezembro — portanto, no final de 2003 — e se estenderam até 3 de fevereiro de 2011; as relações feitas pelos delatores do nome de V.Sa.

O orçamento original para essas obras em que V.Sa. se envolveu é de 69 bilhões de reais. A propina distribuída nessas obras, o que se apurou até agora, foi de, no mínimo, 884 milhões de reais.

Aqui não chuto, Sr. Relator, dados aos ventos; são dados compilados, extraídos de delações premiadas, com planilhas apuradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

O valor atualizado dessa propina é 1 bilhão e meio de reais nas obras a que V.Sa. é relacionado. Em dólar, o que lhe coube, segundo todas essas... Veja, isso é parte daquilo a que V.Sa. está sendo relacionado e referido. O que lhe coube foi 96 milhões de dólares; em reais seriam 311 milhões. Ao Pedro Barusco couberam 62 milhões de dólares, em valores atualizados, 200 milhões de reais; ao Vaccari Neto, 186 milhões de dólares, 602 milhões de reais. Enfim, num total de 474 milhões de dólares, de 1 bilhão e meio de reais já aferidos pelo Ministério Público, V.Sa. ficou com a parte significativa de 96 milhões de dólares ou, repetindo, 311 milhões de reais.

A título de ilustração, eu procurei ver o que se poderia fazer com 1 bilhão e meio de reais: 4 milhões e meio de cestas básicas poderiam ser adquiridas; 1 milhão e meio de salários mínimos poderiam ser pagos; 378 milhões de quilos de feijão poderiam ser comprados; cerca de 8 milhões 748 mil bolsas famílias poderiam ter sido pagas com o desvio do qual V.Sa. participou.

V.Sa. foi citado por Paulo Roberto, em delação premiada, e ele já se encontra em casa; por Youssef, também em delação premiada, com a perspectiva de um perdão judicial; por Barusco, seu amigo, companheiro, junto com quem trabalhava e que deu detalhes a esta CPI; por Shinko Nakandakari, com valores, momento do pagamento e como ele foi feito; pelo Sr. Júlio Camargo, empreiteiro. O senhor foi objeto de busca, ou melhor, no auto de busca e apreensão ficaram evidentes os documentos que envolviam V.Sa., por ocasião da busca ocorrida na residência de Augusto Ribeiro de Mendonça Neto.

Na sua casa, foram feitas buscas de obras de arte que efetivamente totalizam valores não compatíveis com o seu rendimento. A movimentação bancária, ocorrida na Suíça, desses 70 milhões, que lhe custou a terceira prisão, também é evidência.

Por que relaciono tudo isso? Para dizer a V.Sa. que — eu fui Sub-Relator do Mensalão — a postura, naquela época, do Sr. Marcos Valério foi: *"O PT vai me salvar. Eu tenho a promessa dos caciques de que serei protegido e, portanto, não serei preso"*. No começo, ele vinha à CPI e agia até com certo cinismo. Depois, começou a agir de forma petulante. E ao final, de cabeça baixa, momentos antes de ser preso, tentou denunciar realmente quem estava envolvido. Aí, a sua delação premiada não foi mais acolhida. Resultado: 40 anos de prisão. A Sra. Kátia, do Banco Rural, também fazia parte do esquema, também se sentia protegida, e o PT também dizia a ela que nada aconteceria. A Presidenta do Banco Rural vai ficar encarcerada por 30 anos.

Eu só quero fazer um registro a V.Sa. Falo de novo, aqui, como Deputado Federal, mas com conhecimento na área do Ministério Público, onde atuei e que integro há 28 anos como Procurador de Justiça que sou. V.Sa. vai ter no mínimo 30 anos de prisão a cumprir, e a chance de ser protegido pelo PT é zero. V.Sa. tem família. V.Sa. tem parentes e tem amigos. Faça uma análise de consciência junto com os seus advogados — na verdade, são quem V.Sa. deve seguir, porque são seus orientadores técnicos — se vale a pena esse ônus recair sobre os seus ombros, se V.Sa. precisou integrar esse esquema para poder participar das atividades da PETROBRAS.

Aqueles do PT que foram presos pegaram 1 ano, 1 ano e meio, 2 anos. Aquele que fez o esquema para o PT, Marcos Valério, pegou 40 anos. Eu não sei

até aonde V.Sa. vai com o seu silêncio, e repito: V.Sa. tem que seguir a orientação técnica de seus advogados. Mas, num dado momento, se eu pudesse lhe dar um conselho, eu diria a V.Sa. que falasse, falasse o que sabe sem receio de estar traindo quem quer que seja. Se V.Sa. participou de um esquema de corrupção e fez mal ao País, V.Sa. está tendo o direito de delatar aqueles que estavam envolvidos no esquema, fazer bem ao País e redimir-se perante a população, seus amigos e sua família. Talvez por ter laços familiares muito fortes, isso para mim pesa muito.

E eu não sei se V.Sa. deveria continuar em silêncio, ouvindo o que ouve, respondendo o que responde, tendo sido um agente de um mecanismo muito maior, cujos mandantes continuam levando uma vida nababesca, enquanto V.Sa. está preso. Não sei se vale a pena. A cada dia, mais empresários entram na delação premiada, com documentos, com planilhas, com depósitos na Suíça. Evidentemente, chegam a V.Sa.

Eu imagino a estratégia que possa existir por trás da sua defesa, mas não quero crer que tenha chegado a V.Sa. a informação: *"Fique tranquilo, que não vai dar nada".* Porque se chegou, aí a coisa desandou, porque vai dar. E as provas que compilei e de que falei nesta manhã são suficientes para V.Sa. pegar, no mínimo, 30 anos. Se V.Sa. merece ou não... Repito: errou com o seu proceder, errou com a PETROBRAS, errou em desviar dinheiro da Nação, mas pode redimir-se fazendo com que muito mais dinheiro retorne para cá e apontando os verdadeiros culpados dessa organização criminosa que eu sei que não estava sob o comando de V.Sa. Era apenas esse registro que eu queria fazer esta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Para esclarecer também ao Deputado José Carlos Araújo, chegou aqui o Decreto de Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, do Código de Processo Penal, em seu artigo 186 diz o seguinte:

> *"Art. 186. Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas.*

Parágrafo único. O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa".

Aqui eu respondo à indagação feita por V.Exa.

Dando segmento à inscrição de Líderes, o Sr. Deputado Valmir Prascidelli, pela Liderança do PT.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, apesar de estar inscrito eu ia deixar para falar daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem problemas! Eu estou dando seguimento à inscrição de Líderes porque, pelo que chegou a esta Presidência, os Líderes desejam falar e, como eles têm precedência, estou dando seguimento à ordem aqui listada.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E desejo falar também — indago a V.Exa. —, porém não agora. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Porém não agora.

Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. Deputado Perondi. Darei, em seguida, a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Esta sessão é produtiva, mas com muita limitação pelo silêncio do Sr. Renato Duque.

Eu quero fazer uma sugestão: nós suspendemos a reunião e convocaremos a esposa do Sr. Duque. É casado em comunhão de bens, com certeza sabe todos os valores que estão na Europa, e todo o Brasil sabe, segundo a imprensa, que ela procurou o Sr. Lula e disse: *"O meu marido não vai morrer podre na cadeia. Eu não vou deixar, porque eu vou falar se ele ficar."* E ele foi solto 2 ou 3 dias depois, e agora volta aqui. Eu acho que a vinda dela seria melhor, suspender a reunião e convocá-la. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa., como membro desta CPI, tem todo o direito de apresentar o requerimento que V.Exa. achar interessante para o curso da investigação.

Por procedimento, é impossível, em sessões de oitiva, deliberarmos qualquer requerimento. Isso já foi previamente avisado por este Presidente.

Com a palavra o Deputado Bruno Araújo, pela Liderança da Minoria.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, apesar... Primeiro, um bom-dia aos senhores, cumprimentar toda a Mesa, o Sr. Renato Duque, a sua defesa. Apesar da afinidade pessoal, amizade e mesmo partido, todos poderiam achar quer era combinado, mas eu dizia há pouco, Deputado Paulo Magalhães, que a minha fala era exatamente na mesma linha da brilhante exposição do Líder Carlos Sampaio.

O Sr. Marcos Valério, operador principal do mensalão, recebeu, ao longo de todo o processo de apuração de inquérito e ação penal, sinalizações de proteção que todos sabem no que terminou: décadas de prisão, de afastamento de sua família, da sociedade, de seus amigos.

E o instituto da delação premiada, Sr. Renato, ele tem se provado absolutamente eficaz, inclusive para o subordinado de V.Sa., o Sr. Barusco. O Sr. Barusco e o Sr. Youssef movimentaram e afirmam ter movimentado centenas de milhões de dólares.

Além da confirmação dos ilícitos estar possibilitando passar a limpo um processo de corrupção institucionalizada ocorrida na PETROBRAS, sistematizada, organizada, ela possibilitou aos dois que assinaram a delação, se não me engano, do ponto de vista técnico, penas que podem chegar ao limite de 5 anos. Ela parece uma troca entre o Estado e o investigado, uma troca bastante razoável. A sociedade ganha, aperfeiçoando e se protegendo, e os investigados fazem uma... recebem um prêmio. A delação é premiada porque recebem um prêmio do Estado, recebem um prêmio da sociedade.

Aqui se citou o dispositivo bíblico “A verdade liberta”. Nós ouvimos aqui, sem entrar no conteúdo, o Sr. Barusco se dizer aliviado de ter falado, de ter contado e de, sob a orientação de sua defesa, fazer o que era melhor para a sua relação, sobretudo, nessas horas, com a família — que pode ser privada de uma convivência —, com elementos que são relatados detalhadamente pelo Deputado Carlos Sampaio. Então, respeitando o direito constitucional de V.Sa. sobre o conteúdo,

mas, tratando sobretudo sobre a fórmula, a possibilidade de V.Sa. falar sobre se o Ministério Público lhe ofereceu essa possibilidade, se V.Sa. admite...

E, mais ainda, quero deixar aqui como sugestão ao Presidente Hugo, que tem conduzido esta Comissão com muita correção, se não seria o caso de a própria Comissão Parlamentar de Inquérito, que é investida de poderes constitucionais, poderes judiciais, a exemplo de quebra de sigilo, pensar, em algum momento, numa alteração legal, obviamente mediante um quórum qualificado, para, em momentos como esse, poder oferecer a delação premiada? Em momentos como esse, esta Comissão, a Comissão que tem poderes especiais, ter a proteção da legislação para poder também acompanhar e intermediar com o Ministério Público a delação premiada. As comissões, ao longo dos anos, assistiram a inúmeros depoimentos em que se utiliza o direito constitucional, se preserva o direito constitucional de se permanecer calado.

Portanto, fica aí esse registro, cumprimentando o Deputado Carlos Sampaio, porque acho que traz a reflexão ao Sr. Renato, que seguramente está sendo feita com a sua defesa, como mais importante talvez para a preservação da relação do seu tempo com a sua família, da possibilidade de poder falar para a sociedade, assumindo delitos que podem ser compreendidos e premiados pelo Estado brasileiro, dando-lhe redução muito substancial de pena, que lhe permitiria ter um tempo de vida útil para usufruir com a sua família. E que, mais ainda, possa ter, sobretudo daqueles que com ele convivem, a compreensão de que, no momento em que pode, colaborou, de forma definitiva, com a sociedade brasileira a se ajustar e a se proteger de esquemas sistematizados como esses que ocorreram.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Celso Pansera, pela Liderança do PMDB. V.Exa. tem o tempo regimental de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Obrigado, Presidente. Bom dia a todos e a todas! Ontem nós tivemos, no plenário da Câmara, um belo exemplo de como o uso correto ou errado das palavras pode ter consequências na vida real. O Ex-Ministro Cid Gomes veio, desafiou a Câmara, falou além daquilo que acredito que estivesse no *script* dele, o que lhe custou o cargo de Ministro apenas 76 dias

após a sua posse. Isso é uma catástrofe para o Brasil, que tem índices de proficiência na sua educação muito baixos e que precisaria de um Ministro da Educação que tocasse a educação e o Ministério à altura daquilo que este País precisa. Mas, mais do que isso, ele deixou entre nós, Deputados, uma sensação muito ruim de que nós somos aquilo que há de pior na sociedade, porque ele veio e nos acusou.

A gente tem percebido, ao longo desse processo da Operação Lava-Jato, e recebemos aqui o Sr. Barusco, que é servidor público de carreira da PETROBRAS, e a gente tem acompanhado a delação premiada do Sr. Paulo Roberto Costa, que é servidor público de carreira da PETROBRAS, que enriqueceram e muito com esquemas ilícitos na PETROBRAS. E, no entanto, o que se passa sempre é que os esquemas eram feitos para verter, para fortalecer esquemas de políticos. Hoje, na *Folha de São Paulo*, tem uma entrevista com o Sr. Cristiano Kok, que eu aconselho que leiam para ver a vitalidade, a força daquilo que ele fala. Mas novamente ele acusa a PETROBRAS de incompetência e os políticos de usarem os cargos da PETROBRAS para fazer as suas ações políticas. A sensação que nos dá é que toda a classe política brasileira está envolvida nisso.

A gente entende, Sr. Renato Duque, o seu direito constitucional de não falar. É um direito. Está na Constituição. É bom que ele exista. O Estado moderno precisa disso para que as pessoas saibam como se conduzir ou não, para que os Estados funcionem, para que a sociedade moderna consiga fluir o seu dia a dia de uma forma razoável. Mas nós, do PMDB, que temos a responsabilidade de ter o Presidente desta Comissão e o Presidente da Casa, da Câmara dos Deputados, que temos a obrigação de que esta CPI acabe com um relatório vigoroso, com respostas vigorosas à sociedade brasileira, temos nos preparado, como partido, para intervenção aqui dentro. Ontem, após a sessão da Câmara, nós ficamos na Liderança do partido até tarde, preparando os nossos questionamentos com a nossa bancada, com os nossos técnicos. Elaboramos um conjunto de questionamentos, que os nossos Deputados farão daqui a pouquinho — são quinze questões —, para que esta CPI, de fato, avance e evolua para a resposta que a nossa sociedade está exigindo. E aí não se trata de ser governista ou Oposição. Trata-se de dar uma resposta firme à sociedade brasileira. E eu acho, Sr. Renato Duque, que o senhor

hoje não está perdendo uma grande oportunidade de ficar calado. O senhor está perdendo uma grande oportunidade de falar à Nação brasileira tudo aquilo que lhe tem sido imputado na imprensa ao longo dos últimos 12 meses, desde que surgiu a Operação Lava-Jato, desde que isso tudo começou a vir à tona. Por quê? Porque nós estamos aqui falando de uma empresa que é orgulho desta Nação, de uma empresa que tem, em diversos momentos da História do Brasil dos últimos 60 anos… A gente se acostumou a bater no peito e ter orgulho dela. Nós estamos falando aqui da vida de centenas de milhares de pessoas que, de uma forma ou de outra, dependem financeira e economicamente da PETROBRAS. Nós estamos falando aqui de uma série de empresas, milhares de empresas que correm o risco de ir à falência — pequenas empresas fornecedoras da PETROBRAS. Nós estamos falando aqui de sonhos, como os da população de Itaboraí, São Gonçalo, da Grande Rio, do sonho do COMPERJ funcionando, gerador e indutor de empregos na região. Então, Sr. Renato Duque, nós, do PMDB, vamos fazer as perguntas ao longo desta oitiva. Não vamos nos furtar a colocar à sociedade brasileira tudo aquilo a que temos nos dedicado a fazer aqui nesta CPI, porque nós temos trabalhado duro dentro da nossa responsabilidade de que a Câmara dos Deputados dê uma resposta firme à sociedade brasileira. Mas é lamentável que nós não possamos receber as respostas que nós queríamos ouvir, para pior ou para melhor, boas ou ruins. Mas é um direito nosso. O senhor mesmo falou aqui, no início da sua fala, que não vinha aqui com prazer. Não pense que para a gente é um prazer estar aqui — é um dever cidadão nosso como Deputados. Vimos aqui, mas não temos nenhum prazer. Eu preferia estar cuidando das minhas tarefas na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu tenho certeza de que o Deputado Perondi, que já falou aqui, gostaria de estar cuidando das questões afeitas ao problema da região dele, no Rio Grande do Sul, que tem a ver com a crise na economia, que envolve a questão do preço do *diesel*, das mobilizações que os caminhoneiros têm feito na região. Mas nós estamos aqui não gastando, mas usando o nosso tempo para dar uma resposta à sociedade brasileira. E contávamos, com certeza, mesmo sabendo do seu direito constitucional, que o senhor viria hoje aqui para se redimir ou então para se explicar sobre aquilo que de fato é verdade que tem sido falado do senhor na imprensa, ou não, para a sociedade brasileira. Mais do que um direito constitucional, é um direito

de cidadão e um dever de cidadão, um dever de brasileiro de explicar tudo aquilo que se passa neste País.

Então, eu queria dizer, Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, em nome da bancada do PMDB, que nós continuaremos aqui inquirindo. Faremos todas as quinze perguntas que elaboramos para o Sr. Renato Duque, ainda que seja para ouvir as seis ou sete palavras que viraram praxe ele dizer aqui dentro, porque nós queremos que a sociedade saiba aquilo que o PMDB está fazendo aqui na Câmara e aquilo que o PMDB está inquirindo.

E diria aos meus colegas Deputados que leiam a entrevista de hoje, na *Folha de S. Paulo,* desse empresário. É outra visão do processo, mas com palavras muito vigorosas sobre aquilo que ocorreu na PETROBRAS nos últimos anos e sobre aquilo que, com certeza, a população brasileira quer que seja passado em pratos limpos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Líder inscrito é o Deputado Aluisio Mendes. S.Exa. terá o tempo regimental que convém.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer ao Sr. Renato Duque seguindo a mesma linha do que disse o meu colega Carlos Sampaio, como Promotor de Justiça, e o Deputado Bruno Araújo, Líder da Minoria.

Falo, acrescentando aqui, Dr. Renato Duque, o que disse o nosso Deputado Carlos Sampaio, como Promotor de Justiça, na condição de Policial Federal. A sua opção por manter o silêncio, por indicação dos seus advogados, eu acho que é a pior das estratégias neste momento. Todos os indiciados envolvidos na Operação Lava-Jato estão recorrendo ao benefício da delação premiada. E foi muito bem dito aqui o exemplo do Sr. Marcos Valério, que, no caso do mensalão, foi o único que pegou uma pena superior a 5, 6, 7 anos: 40 anos de cadeia.

Em todos os depoimentos que nós ouvimos aqui, Sr. Renato Duque, todos, inclusive do seu lugar-tenente, Sr. Pedro Barusco, que era o seu homem de confiança, o senhor é apontado como o líder dessa quadrilha que se instalou na PETROBRAS para roubar os recursos da empresa.

A minha preocupação é que, seguindo o conselho dos seus advogados, o senhor fique sozinho nessa. Já está praticamente sozinho. Todos os empresários estão recorrendo ao benefício da delação premiada; os seus colegas de diretoria, todos, já fizeram ou estão recorrendo a esse benefício. O seu principal homem de confiança na PETROBRAS, seu lugar-tenente, seu parceiro nessa roubalheira que se instalou na empresa, Sr. Pedro Barusco, denunciou o senhor como o principal responsável por essa quadrilha que roubava os recursos da PETROBRAS.

Não vai sobrar ninguém com o senhor daqui a pouco, Sr. Renato Duque. Eu acho que o senhor deveria refletir, como outros já fizeram, procurar outro conselho de outros advogados, se não é esse o momento de o senhor procurar o Ministério Público e a Polícia Federal e concordar em prestar um depoimento com o benefício da delação premiada, porque pode ser que daqui alguns dias seja tarde, o senhor tenha mais nada para falar que o Ministério Público e a Polícia Federal já não saibam, e nada a oferecer para que venha a ser beneficiado pela delação premiada.

Eu preparei uma série de perguntas que vou fazer ao senhor, mesmo recebendo um não como resposta, mas eu peço aqui uma reflexão do senhor. Na mesma linha do que disse o meu colega — não me lembro quem —, pense na sua família, nos seus filhos, porque depois que o senhor estiver condenado... Eu acho que o Deputado Carlos Sampaio foi até muito benevolente com o senhor. Pelo que eu analisei aqui dos indícios de crimes cometidos pelo senhor ditos pelos seus colegas de PETROBRAS e pelo seu assessor Pedro Barusco, as suas penas vão superar em muito 30 anos. E o senhor, depois de condenado, quando olhar para o lado, só vai sobrar o senhor na cadeia. Então, Sr. Renato Duque, eu acho que é o momento de o senhor refletir sobre isso, procurar conversar com outra assessoria jurídica e refletir sobre este não ser o melhor momento de o senhor colaborar não só com esta CPI, mas principalmente com a Nação brasileira, que espera muito do senhor. Sabemos que o senhor tem muito a dizer, o senhor é apenas uma peça nessa engrenagem. Aguardamos que o senhor, como fez o Sr. Pedro Barusco, reflita que a melhor posição neste momento é colaborar e sair com o menor dano possível de toda essa enrascada que o senhor se envolveu. Eu espero que o senhor reflita sobre isso. Quem sabe ainda hoje procure o seu advogado e decida, nesta CPI, que também tem poderes de oferecer ao senhor o benefício da delação

premiada, um depoimento abrangente, esclarecedor, que vai tirar o senhor dessa situação, onde está sozinho neste momento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Rubens Bueno, pela Liderança do PPS, por até 4 minutos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Obrigado, Sr. Presidente. Eu estou ouvindo e, claro, respeitando a posição de cada Parlamentar que, ao usar da palavra, usa evidentemente procurando convencer o Sr. Renato Duque, convidado para esta CPI da PETROBRAS. Nós temos aqui a Deputada Eliziane Gama, que é nossa companheira de partido e que faz parte da CPI, junto com o Deputado Moses, do Ceará. E, ouvindo, causa-me preocupação. Até parece que na PETROBRAS não aconteceu nada, bobagem, deixa pra lá. Esse discurso do deixa pra lá faz com que a população desacredite das instituições republicanas. São milhões que estão indo para as ruas! E nós vamos fazer discurso aqui para dizer que está tudo bem, assim, assado. Parece uma bola de cristal com a mão rolando pra lá e pra cá. Não é assim! Nós temos que enfrentar o problema e dizer, como disse o Procurador-Geral da República ao denunciar o mensalão: o PT tomou o poder e de lá não quer sair, e vai fazer de tudo. E agora se instala na PETROBRAS uma organização criminosa, onde mais de 80 mil profissionais daquela empresa estão todos os dias vendo nas páginas policiais esse tipo de notícia. O que anima a PETROBRAS a trabalhar? O que anima o povo brasileiro, vendo tanta coisa e não ouvindo daqueles que têm que dar à palavra o ponto necessário, a inflexão necessária para mostrar à sociedade que nós temos que sair disso para melhor. Ao que parece, o Diretor da PETROBRAS — esse é mais um caso —, nomeado pelo Presidente Lula, homem de José Dirceu, assumiu a direção da PETROBRAS exatamente para cumprir o seu papel, o papel da organização criminosa de buscar dinheiro de obras superfaturadas para abastecer caixa de partidos políticos em campanhas eleitorais. Nós temos é que chegar aí, para que, passando a limpo a PETROBRAS, possamos acreditar em algo novo para este País desta empresa que deixa de ser orgulho nacional pelo que está acontecendo, mas sempre será orgulho nacional porque, das grandes crises, os grandes avanços, os grandes acontecimentos.

Então, Sr. Renato Duque, o senhor vir aqui e não falar é um direito seu, a lei já prevê isso, mas sabendo que o senhor poderia dar uma grande contribuição, não só como outros estão dando, para dizer exatamente o que aconteceu lá dentro, especialmente no seu caso, onde propina de 3% para o Partido dos Trabalhadores era carimbada com mais propinas de comissão da propina das outras diretorias nomeadas pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma, os grandes autores, os grandes responsáveis pelo que vem acontecendo na PETROBRAS nos últimos 12 anos. Não falar é não dar o mínimo de exemplo para o País. Não falar é não dar o mínimo de exemplo para a sua família, não dar exemplo para trabalhadores, para milhões de brasileiros que esperam de cada um o cumprimento do seu mínimo dever que é dizer a verdade. Isso é do caráter, é da formação de cada um. O senhor vem aqui, com um custo altíssimo de transporte de Curitiba para cá, quando Polícia Federal, Ministério Público, Justiça Federal, Juiz Sérgio Moro cumprem um papel fundamental para que os fundamentos da República não se corroam de vez. O que está acontecendo é essa corrosão do sentimento ético da política, da moral pública. E nós estamos discutindo aqui o interesse do País para sair desta crise e enfrentar o que temos que enfrentar, com tudo o que ficou, especialmente as contas da PETROBRAS, porque hoje ela é a empresa mais endividada do mundo, graças a essa organização criminosa!

E não tem como sair. Só se vai sair se se mostrar à sociedade que tudo que aconteceu lá de errado está limpo. E, daí para frente, é saber que vamos dar o grande passo em defesa do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Líder do Democratas, Deputado Mendonça Filho, que terá até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Renato Duque, depoente que chega aqui à CPI, o escândalo da PETROBRAS vai entrar para a história do mundo, não tem paralelo. As dimensões são de estarrecer qualquer cidadão. Quando se fala nas cifras envolvidas nesse escândalo que deixa atônita e desesperada a sociedade brasileira, qualquer cidadão do Japão, do Estados Unidos, da Inglaterra, da França fica sem acreditar como uma

democracia, um país como o nosso possa suportar tamanha agressão aos cofres públicos, a partir da PETROBRAS.

E isso aconteceu não por acaso. Aconteceu por uma estratégia de tomada de poder; aconteceu por conta de um tipo de exercício de poder, que transforma uma estatal, que é patrimônio do povo brasileiro, num mecanismo que é um apêndice de uma organização política, que deriva para a criminalidade. E deu no que deu!

Felizmente, a gente tem ainda instituições em nosso País: o Ministério Público Federal, que tem atuado com competência e responsabilidade; a Polícia Federal, que tem atuado também com grande capacidade de oferecer aos brasileiros o mínimo de alento com relação a esse escândalo; e a Justiça, a partir do trabalho original do Juiz, Dr. Sérgio Moro, que tem sido implacável, que tem sido realmente determinante no desmonte dessa estrutura criminosa que se instalou na PETROBRAS.

Eu não tenho dúvida, pelos desdobramentos que esse escândalo tem tomado, de que todo o esquema vai ser desvendado. A casa, como diz no popular, literalmente caiu.

V.Sa., Renato Duque, tem o direito — como já foi dito aqui — de ficar calado e nada dizer diante dos Parlamentares presentes nesta CPI. Passa por um momento de extremo constrangimento, imagino, diante do Brasil, dos brasileiros; diante de sua própria família, esposa, filhos. E eu quero reforçar aquilo que já foi dito: há necessidade de que coopere com a Justiça, que ceda minimamente ao que o brasileiro deseja, que é o esclarecimento dos fatos. Está claro que a Justiça, a partir dos mecanismos inclusive institucionais de apuração dos crimes praticados, estando o Ministério Público atuando fortemente, com a Polícia Federal, essas instituições chegarão a apontar quem tem de fato responsabilidade nesse escândalo de corrupção na PETROBRAS. E o senhor tem a oportunidade, e talvez o momento esteja no limite, de pelo menos oferecer ao Brasil alguma contribuição. Alguns já fizeram isso: Pedro Barusco, o seu gerente, que confessou e entregou e devolveu à Nação cerca de 100 milhões de dólares, 300 milhões de reais que serão devolvidos ao Tesouro Nacional, aos cofres da PETROBRAS, empresa controlada pelo Governo Federal brasileiro.

Então, eu acho que é o caminho que resta neste instante. Não repita Marcos Valério, não pague sozinho pelos crimes que foram praticados numa conexão partidária e tendo o PT, como já foi muitas vezes anunciado, como principal beneficiário, e outros partidos que atuaram nesse esquema tenebroso envolvendo a PETROBRAS. Faça com que a Justiça possa chegar ao último elemento de prova e convicção de condenação daqueles que estão absolutamente envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - E não pague sozinho, Sr. Renato Duque. Se o senhor pagar sozinho por esse escândalo ou com poucos, realmente vai sobrar o que sobrou para o Marcos Valério: 30 anos de prisão para o senhor, com as provas que estão sendo reunidas. E aqueles mais poderosos, só pra concluir, Sr. Presidente, aqueles mais protegidos, que têm suporte político, vão sair, como saíram aqueles que, de certo modo, beneficiaram-se muito fortemente do outro escândalo de corrupção que envergonha todos os brasileiros: o mensalão. No petrolão, eu creio, o senhor não vai ser o Marcos Valério, que teve uma participação decisiva no mensalão.

Eu apelo ao senhor que reflita, pense na sua mulher, nos seus filhos, nos seus amigos, e faça o acordo da delação premiada com a Justiça Federal e com atuação direta da Procuradoria-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra, pela Liderança do PT, o Deputado Valmir Prascidelli. V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, eu quero iniciar rechaçando todas as acusações feitas por alguns Deputados aqui ao nosso partido, Partido dos Trabalhadores, rechaçando veementemente. Nós estamos aqui, Deputados do Partido dos Trabalhadores, participando desta Comissão, e a orientação do nosso partido, como sempre, é pra que nós participemos, investiguemos e possamos criar instrumentos de punir todos aqueles que cometeram delito em qualquer lugar, em qualquer órgão.

O Sr. Pedro Barusco esteve aqui e foi ouvido. Alguns Deputados o trataram como celebridade, entraram no debate e na luta política bastante intensa de acusação. Hoje, Sr. Duque, o senhor está aqui como acusado, não como

condenado. E nós também reconhecemos o direito constitucional que o senhor tem e todos têm de não serem condenados antes da hora. Nós ouvimos aqui nesta CPI inclusive o Presidente desta Casa, que também nesta CPI e também nessa denúncia feita pelo Ministério Público aparece, e nós dissemos, naquela ocasião, assim como vamos repetir agora, que não há ninguém condenado antes da hora.

O que nós não podemos permitir é que se utilize também, além de instrumentos pra fazer luta política quando se precisa fazer investigação, de instrumentos coercitivos que acabem inclusive incorrendo no esquecimento dos direitos constitucionais das pessoas e que beiram muitas vezes, digamos assim, uma tortura psicológica naqueles que são ouvidos. Não é possível que aconteça isso nesta CPI por parte de alguns Deputados, assim como não é possível que aconteça isso lá no Ministério Público quando se trata da delação premiada. E quando se trata dos vazamentos que são feitos de forma seletiva, os vazamentos que são feitos de forma a levar a opinião pública a compreender a investigação como sendo algo para claramente incriminar um partido político, como sendo algo para claramente fazer a condenação daqueles que não são condenados antes da hora, nós não podemos permitir isso.

Dizer aqui que vai chamar familiares do acusados é, no mínimo, fazer tortura psicológica. O direito constitucional de ficar calado, nós precisamos assegurar. A apuração também e a condenação daqueles que cometeram ilícitos também.

Nós não fazemos como alguns partidos fazem. Foi dito aqui por Líder de partido: *"O PT abandonou, no caso do mensalão."* Olha, nós não fazemos como alguns partidos fazem, que dão cargo de Presidente do Tribunal de Contas para aqueles que estão sendo acusados no trensalão, em São Paulo. Nós não fazemos isso! Nós não fazemos como alguns fazem: pedem para o seu Deputado renunciar, mesmo sendo acusado no caso do mensalão mineiro, e não apuram. Nós não fazemos isso! Nós queremos apurar. Mais do que isso, nós não queremos, de forma seletiva, esconder que neste Brasil acontecem irregularidades há muitos anos e apagar da nossa memória aquilo que aconteceu. Há que olhar para frente, mas nós não podemos, seletivamente, esquecer que as empresas, que eventualmente fazem cartel na PETROBRAS, podem fazer cartel em outros órgãos estatais, inclusive lá em Minas Gerais. Nós não podemos esquecer que elas podem fazer cartel em

outros órgãos, inclusive no metrô de São Paulo. Nós não podemos esquecer! Nós queremos apurar tudo. Não é alvo desta CPI, mas nós não podemos utilizar esse tipo de argumento para fazer luta política. Isso, nós não vamos permitir.

Portanto, primeiro, nós rechaçamos as acusações feitas ao Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Renato Duque tem o direito de ficar calado; orientado por seus advogados, vai dizer na Justiça ou nesta CPI aquilo que entender que deve ser dito; esta CPI, o Ministério Público, a Polícia Federal vão apurar, e nós vamos chegar aos condenados.

Nós não podemos, como disse aqui o Sr. Barusco — *"Hipoteticamente, segundo aquilo que eu roubei, eu estimo que possa ter havido"* —, a partir daí, condenar as pessoas, os partidos. Cada partido vai responder pelos seus atos. Cada partido vai responder pelos seus atos. Até porque há um debate nesta Casa com relação à reforma política, e cada partido vai poder dizer se defende ou não a doação de empresa privada para as campanhas eleitorais. Nós temos dito que somos contra a doação de empresa privada, porque cada partido recebe a doação das empresas. E neste caso, é muito estranho...

Olha só, o PT recebe partido dessas empresas que estão sendo investigadas e é propina. O PSDB recebe quase que os mesmos valores e não é propina. O PMDB recebe quase que os mesmos valores e não é propina. Ora, temos dois pesos e duas medidas? Será que a disputa política eleitoral não terminou para essas pessoas?

Nós queremos apurar, e vamos apurar; nós queremos fazer esse debate aqui com relação àquilo que é patrimônio público, inclusive do papel da PETROBRAS.

Como nós temos dito aqui, a PETROBRAS tinha um investimento de 5 bilhões de dólares, em 2002, passou a ter um investimento de 50 bilhões de dólares, em 2014. Esse crescimento da PETROBRAS não pode ser jogado na lata do lixo. O papel que a PETROBRAS representa para o povo brasileiro não pode ser jogado na lata do lixo. O significado da PETROBRAS para a nossa economia e para o nosso País, não pode ser dado na lata do lixo e entregue ao patrimônio internacional, como alguns aqui querem.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Vocês é que jogaram a PETROBRAS no lixo!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Nós não podemos... Nós não podemos...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Ok. Com a palavra o Líder Valmir Prascidelli, por favor. S.Exa. tem o direito de falar. E eu solicito que os demais Deputados não o interrompam.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Nós não premiamos, como aconteceu no passado, dirigente da PETROBRAS com cargo no Tribunal de Contas da União, para, depois, investigar as contas da PETROBRAS. Nós não premiamos.

Então, nós queremos, de fato, apurar. Nós queremos, de fato, fazer o debate político, o bom debate político. Queremos fazer o debate da lisura. Queremos fazer o debate da gestão pública, com o interesse público de fato. Não queremos aqui fazer um teatro de disputa política. Não queremos aqui fazer um palanque para aqueles que perderam a eleição o ano passado, ficarem fazendo terceiro turno aqui. Nós não queremos fazer isso. Nós queremos apurar, investigar e punir aqueles que porventura tenham cometido delito.

Agora, previamente, aqui nesta CPI, antes de o processo transitar em julgado, ninguém é condenado. Previamente, aqui nesta CPI, todos têm o direito constitucional de, segundo a sua convicção, dizer ou não dizer aquilo que querem aqui nesta CPI. A apuração nela será feita por todos nós, assim como pela justiça, assim como pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, sem a seletividade dos vazamentos, até porque aqui é transmitido ao vivo, e as pessoas conseguem assistir, ver e tirar as suas conclusões e as suas convicções.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pela ordem, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Líder do Partido dos Trabalhadores pediu para mudar a ordem dos inscritos, para que a Oposição pudesse falar e depois ele se manifestar.

Eu queria pedir a V.Exa. que quando alguém abrir mão da sua inscrição, que vá para o último lugar, e não faça o que ele fez agora: ele ouviu a Liderança da Oposição para, depois, falar. Ele teria que ter falado primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, vamos dar sequência...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Temos que respeitar a ordem de inscrição de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos dar sequência aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O Líder não vai ser obrigado a falar depois dos não membros. Solicito que não considere acatado esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Vamos dar prosseguimento aos trabalhos, Deputado Afonso Florence.

Quero comunicar que o Presidente Hugo Motta teve que se retirar por alguns momentos. Ele está agora tratando, na Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, de receber, tomar conhecimento da proposta da Kroll, que é a empresa de consultoria que muito provavelmente será contratada pela Câmara dos Deputados, a pedido desta CPI, por uma decisão tomada pelo seu Presidente. Evidentemente que ele vai conhecer a proposta de trabalho, as metas, os prazos, os valores e vai trazer ao conhecimento aqui do Plenário. Então, teve que se ausentar durante esses momentos, mas vai voltar também dentro de alguns momentos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente Antonio Imbassahy...

O SR. ONYX LORENZONI - Como autor de requerimento,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, eu queria fazer uma proposta. Se não é o caso...É a gente propor tanto ao Dr. Alexandre Lopes quanto ao Sr. Renato Duque, se não querem 10, 15 minutos para confabularem e talvez mudarem a estratégia deles diante desta CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, só fazendo uma pequena correção. Em relação à contratação da Kroll, não é uma posição do Presidente, mas uma posição da CPI, porque esse requerimento foi deliberado no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Perfeito. Correção bem colocada, apropriada, até porque foi uma iniciativa do Presidente, mas como ele tem se colocado aqui de forma democrática, foi também apreciado, debatido, deliberado por esta CPI.

Deputado Onyx Lorenzoni, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, é só uma informação. Como autor de requerimentos de convocação, eu queria saber como que está a ordem dos inscritos, porque já vai mais de 2 horas de sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado Onyx Lorenzoni, nós estamos agora, neste momento, passando a palavra para o último Líder inscrito, o Deputado Paulinho da Força, que terá 4 minutos. Em seguida, nós, nós vamos conceder a palavra aos Sub-Relatores. E, como V.Exa. bem conhece, os autores do requerimento virão logo a seguir.

Deputado Paulinho da Força.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, antes de o Deputado Paulinho falar, eu preciso fazer uma observação para toda a CPI. Vejam, a ordem que nós estamos estabelecendo para os trabalhos da CPI é a seguinte: falam todos os Líderes, depois falam todos os Sub-Relatores, depois falam os convocantes — sim, claro, prioridade — e depois os Deputados. Esses são os que podem inquirir, inclusive. Então, está tudo errado, desculpem-me!

Eu queria propor o seguinte procedimento, Sr. Presidente — o Deputado Hugo Motta não está aí, mas agora é o momento de dialogar com o conjunto da CPI —: os Líderes têm o direito de falar. Nós estamos adotando um procedimento regimental do mesmo tempo de Líderes do plenário para cá, para a Comissão. Nós poderíamos estabelecer um tempo igual, intercalar falas de Líderes e dar prioridade, Sr. Presidente, aos convocantes e aos participantes. Eu cheguei aqui às 8h15min da manhã, sou o primeiro inscrito, e vou falar daqui a 1 hora e meia, 2 horas. Eu acho que não é um procedimento legal.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Ivan Valente, com todo respeito, primeiro, eu não posso concordar que esteja tudo errado. Eu acho que a CPI está avançando sob a direção muito equilibrada do Presidente Hugo Motta e também com os demais membros colaborando. Não há dúvida nenhuma com relação a isso. Com respeito a mudar o Regimento, evidentemente que nós não podemos, temos que ser senhores escravos do Regimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é mudar o Regimento, é chegar a um acordo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos intercalar... Podemos intercalar.

Com a palavra o Deputado Paulinho da Força. Vamos dar sequência aos trabalhos, Deputado Paulinho da Força.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, só uma contribuição.

Sr. Presidente Imbassahy, antes do Deputado Paulinho, eu acho que, na reunião de terça-feira, podemos fazer um ajuste de procedimento — porque aqui não há Regimento, o que há é um ajuste de procedimento —, para que a gente faça algo equilibrado. Ao Deputado Ivan Valente assiste uma parte de razão, assiste também razão a S.Exa. quanto à conduta que está sendo adotada. Vamos encontrar um equilíbrio na reunião da próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Paulinho da Força.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, eu queria informar ao Sr. Renato Duque que, lá atrás, quando foi aberta a possibilidade para os trabalhadores comprarem ações da PETROBRAS, eu fui o primeiro metalúrgico a comprar ações da PETROBRAS. Eu tinha 36 mil reais no Fundo de Garantia, comprei 18 mil reais, que era o permitido, e fiquei com 18 mil no fundo. Os meus 18 mil — e chegou um determinado momento da PETRORAS — chegaram a valer 298 mil reais. Hoje, o meu último extrato, recebido pela Caixa Econômica Federal, não passa de 40 mil.

Então, eu sou um dos que o Sr. Renato Duque assaltou. Eu fui roubado pelo senhor na PETROBRAS. Não só eu, mas milhares de pessoas que compraram ações da PETROBRAS foram assaltadas pelo senhor. O senhor roubou 310 mil trabalhadores que acreditaram na PETROBRAS. Isso foi só uma parte do assalto que o senhor fez, a serviço de uma quadrilha, a serviço do PT. O senhor assaltou tanto que o Barusco, que teve aqui na semana passada, disse que ele ficava com uma parte, o senhor ficava com o dobro e o Vaccari ficava com outra.

Eu fiz uma conta, a do Vaccari, para as pessoas entenderem. É porque falam aqui de milhões, de bilhões, e as pessoas devem ficar falando: "*Que diabo será isso?"*. Eu fiz uma conta simples do dinheiro que o Vaccari, o tesoureiro do PT, ficou, e também o do senhor, que ficou com o mesmo tanto: se 1 dia tem 1.440 segundos, 1 mês tem 43 mil e 200 segundos, 1 ano tem 518 mil e 400 segundos, se nós pegássemos só o dinheiro que o senhor roubou, e que o senhor não devolveu até agora, e, a cada segundo, transformássemos em real — porque está tudo em dólar —, e contássemos, a cada segundo: 1 real, 2 reais, 3 reais, ou seja, a cada segundo, nós contássemos uma notinha de 1 real, demoraria 12 anos e 7 meses pra contarmos o dinheiro que o senhor roubou. Ou seja, se nós pegássemos o dia em que o Lula tomou posse, dia 1º de janeiro de 2003, e contássemos até agora, sem parar, dia e noite — coitado do cara que tivesse que contar, já teria morrido! —, uma notinha de 1 real por cada segundo, ainda faltariam 4 meses para terminar de contar o dinheiro que o senhor roubou. Ou seja, essa é uma parte do que nós estamos sabendo, porque dentre tantos contratos que o senhor assinou, que o senhor controlou, a serviço do PT...

Eu fico até impressionado aqui com a cara de pau do PT, do Líder do PT, em dizer "*Não! Nós não temos nada a ver com isso"*!

Todos os denunciantes disseram que o Vaccari levou 200 milhões de dólares, pelo que nós estamos sabendo até agora.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu fico impressionado com o fato de o senhor vir aqui e não falar nada! O senhor deu um prejuízo desgraçado para a PETROBRAS, para o Brasil, e agora usa avião da FAB, ocupa

um punhado de policiais que deveriam estar trabalhando, cuidando do seu serviço, mas têm que vir com o senhor aqui, e o senhor vem aqui e não fala coisa nenhuma? O senhor não tem vergonha de ter roubado o Brasil, vir aqui e ficar calado?!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - A questão de ordem é a seguinte: eu não vou permitir que o Deputado Paulinho me chame de cara de pau. Cara de pau, se tiver alguém aqui que é cara de pau é ele, que faz uma conta esdrúxula para enganar a população com relação às ações que ele supostamente comprou da PETROBRAS. Esse tipo de conta não existe!

Então, se tem alguém que é cara de pau e se utiliza de expediente do movimento sindical, muitas vezes, para financiar sua campanha, é ele. Não sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Valmir Prascidelli, O.k.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, eu não falei dele, não. Eu falei do PT. Ele é que está se doendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Registrada sua questão de ordem.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Falou do Líder do PT.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Falei do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Está registrado seu protesto.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu acabei de me pronunciar aqui. Fui eu que falei, e o senhor rechaça minhas...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O senhor tem que aprender a fazer contas. Pegue uma maquininha e faça as contas, que o senhor vai ver que eu tenho razão.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu sei fazer contas. Quem não sabe fazer contas é o senhor, que tenta enganar a população.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Você deve ser analfabeto, porque não sabe fazer contas. Faça aí direito.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu sei fazer contas, sim. V.Exa. é que não sabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exas. já consignaram seu protesto.

Vamos dar sequência à CPI, ouvindo agora os Sub-Relatores.

Com a palavra o Sub-Relator Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu também preparei diversas perguntas sobre o nosso tema de investigação.

Tenho dito aqui, reiteradamente, Sr. Renato Duque, que há muitas pessoas desempregadas neste País, lá na nossa cidade de Itaboraí, no COMPERJ, onde a quadrilha atuou fortemente. Há muitas mães sem emprego hoje, fruto da corrupção da PETROBRAS.

Eu tenho certeza absoluta de que o senhor, nunca mais na vida, vai ter uma oportunidade como esta para poder mostrar ao Brasil, que está assistindo a esta CPI, que o senhor não vai ser marcado definitivamente como um dos maiores corruptos da história do Brasil, assim como ficou o nome de Marcos Valério. O senhor vai ser máscara de carnaval no próximo carnaval, lá no Rio de Janeiro e no restante do Brasil, como um dos maiores corruptos deste País!

O senhor pode fazer, possivelmente, uma delação premiada ou tomar a atitude que os seus advogados considerarem a mais correta, mas, para a Nação brasileira, o senhor nunca vai ter uma oportunidade como esta de falar para o povo brasileiro.

Eu tenho filhos, dois deles jovens. Toda a juventude do Brasil está nos assistindo. Todo o Brasil está assistindo a esta CPI, e a oportunidade que o senhor tem de falar diante do Brasil é esta aqui.

Sinceramente, com toda a experiência que o senhor tem, talvez se considere um homem bem-sucedido, eu não consigo entender essa estratégia. Talvez não só na questão judicial o senhor esteja completamente equivocado, na minha opinião, como alguns colegas já colocaram aqui. Mas, e a questão moral, Sr. Renato Duque? E a família do senhor?

O Deputado Perondi, conforme já colocou aqui, vai fazer um requerimento para convocar a esposa do senhor — e eu não tenho a menor dúvida de que a CPI vai aprovar —, e a esposa do senhor vai ter que se sentar nessa cadeira, como é obrigação do senhor e dela, se algum advogado seu disser que ela não tem condições de vir, não teria direito ou não poderia vir aqui, o senhor está enganado. Se ela for convocada pela CPI, vai ter que vir, e o senhor vai fazer a sua esposa passar um constrangimento na frente de todo o Brasil

O senhor está enganado. Se ela for convocada pela CPI, ela vai vir aqui. E o senhor vai fazer a esposa do senhor passar um constrangimento na frente de todo o Brasil. Ela vai pagar pela conta que o senhor fez. O senhor está protegendo não sei quem.

As provas estão aí. O senhor acha que nós não vamos chegar, por exemplo, a um fato pequeno, perto de tudo isso, os contatos que o senhor fazia com o Sr. Vaccari na sede do PT do Rio de Janeiro, pelo telefone, na sede do PT, estão nos relatórios que nós estamos solicitando à Polícia Federal, o fluxograma de análise de vínculos, que a Polícia Federal faz um trabalho espetacular.

Então, Sr. Renato Duque, o senhor vai perder uma grande oportunidade. Vai acabar o dia hoje. O senhor tem o direito de ficar calado? Tem, mas o senhor nunca mais vai ter uma oportunidade de falar para o Brasil, como o senhor poderia falar hoje. O senhor vai ser realmente aquele grande fiel escudeiro, aquele companheiro, aquele parceiro de todas as horas, aquele homem de confiança que foi preso, morreu e não contou. Mas os seus filhos e a sua esposa vão passar por este constrangimento pelo resto da vida.

Quem sou eu, tenho menos idade do que o senhor pra querer convencer o senhor de alguma coisa. Tantos colegas já aqui falaram. Mas às vezes a gente acha, e às vezes a gente até recebe alguma opiniões, a gente acha que pode seguir, pode seguir. É muito triste isso que a gente vê acontecendo aqui.

O senhor disse a frase: *“Que País é esse?”*. O senhor vai ter bastante tempo de refletir que País é esse. Que atitude é essa que o senhor está fazendo com a sua família, com os seus amigos? Eles vão pagar essa conta?

E aí um dos Deputados, com todo respeito aos nobres colegas, cada um aqui diverge das suas opiniões, cada um tem opiniões diferentes, diz que nós estamos

falando, o Deputado Perondi falou em convocar a esposa. Ninguém quer convocar ninguém. As pessoas querem os fatos esclarecidos. Agora, nós estamos numa investigação, que investiga passar a limpo um dos maiores escândalos de corrupção do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, Sr. Pedro Barusco, são as minhas considerações.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas o senhor falou que não ia responder. Ah, Renato Duque, desculpe, eu confundi. É porque eu gostaria que o senhor tivesse aqui a mesma atitude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Já concluindo, Sr. Presidente. Eu gostaria que o senhor tivesse a mesma atitude do Sr. Pedro Barusco, mas, pelo menos, eu consegui arrancar uma frase do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado Altineu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, só pra concluir, eu quero dizer, Sr. Renato Duque, que reflita. Quando esta sessão terminar, o senhor nunca mais vai ter direito de falar para o Brasil. Não entre na história do Brasil como um dos maiores corruptos do Brasil. Entre na história do Brasil, aproveite hoje aqui, como um homem que vai marcar a sua trajetória, mesmo diante de tudo o que o senhor fez, pra mudar a história deste País.

O Duque é o segundo na hierarquia dos nobres. Uma das perguntas que eu vou fazer ao senhor. Diga aqui hoje, para o senhor marcar o seu nome na história, quem é o rei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k., Deputado.

Com a palavra ao Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, primeiro, pra indagar à Mesa se foi tomado nota e vai constar em Ata a fala do Sr. Renato Duque: *"Não me confunda com Pedro Barusco".*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sim, tudo vai ser absolutamente registrado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Como ele falou isso fora do microfone, eu fiquei com receio de que isso não fosse tomado em Ata. Eu acho importante essa fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Mas será.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Renato Duque, o senhor conhece o Sr. Pedro Barusco?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

Já que o senhor não confirma que conhece o Sr. Pedro Barusco, eu gostaria, inclusive, até de ler aqui um trecho da ed. 2348, da revista *ISTOÉ,* de 21 de novembro de 2014:

> *"A atuação de Duque na companhia ganhou cores novas, com a parceria de Pedro Barusco. O gerente era o "relações-públicas" da parte que cabia ao PT no esquema e Duque o responsável por criar métodos de arrecadação, sem despertar grandes suspeitas. Tinham contato diário, pessoalmente ou por telefone. Viajavam para o exterior para visitar obras ou estaleiros. Tornaram-se unha e carne".*

O Sr. Pedro Barusco veio aqui a esta CPI e teve coragem de afirmar a esta CPI que o esquema de desvios de recursos da PETROBRAS também atuou nas obras do Gasene. O senhor pode confirmar ou negar essa afirmação?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Pedro Barusco afirmou ainda que a propina do Gasene era repartida entre ele, o senhor e o PT.

O senhor consegue confirmar ou negar essa afirmação?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Reservo-me o direito de ficar calado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor conhece o Sr. João Vaccari Neto?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor conhece o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor pode dizer de que forma o senhor conseguiu ser nomeado pra Diretoria de Serviços da PETROBRAS?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei em silencio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento aos Sub-Relatores, Deputado Arnaldo Faria de Sá. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, queria, antes de fazer qualquer pergunta, entender por que que ele se ofendeu de ser chamado de Barusco.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ficar calado é um direito seu, lógico, mas quem cala consente.

Então, na verdade, se um gerente da sua diretoria, o Sr. Barusco, em delação, assumiu que fazia operações em seu nome, que fazia a divisão do dinheiro daquela diretoria, e só ele, em delação premiada, assumiu a devolução de 98 milhões de dólares, 300 milhões de reais, o senhor acha que é pouco dinheiro?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quantas empreiteiras o senhor teve relacionamento durante o período em que ficou na PETROBRAS?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto tempo o senhor foi Diretor da PETROBRAS?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor foi Diretor da PETROBRAS?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, nós já temos requerimento aí pra quebrar sigilo fiscal, bancário, telemático e telefônico do Sr. Renato Duque. Então, na verdade, nós vamos ter que fazer isso o mais rapidamente possível, porque os sigilos bancário, fiscal, telemático e telefônico não ficarão calados por direito, e aí certamente nós teremos a oportunidade de chegar a alguns detalhes.

Mas o Deputado Altineu, agora há pouco, quando abria a sua manifestação, disse que o senhor, quando foi preso a primeira vez, disse: "Que País é esse?" Por que o senhor disse essa frase?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor sabe que o nome da operação, na qual foi preso, tem este nome: "Que País é esse?"

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual é o seu direito?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Direito garantido pela Constituição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor acha com as suas atitudes o senhor vai se beneficiar? Ou o senhor não percebe claramente que o senhor será altamente prejudicado com tudo isso?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Sigo as orientações dos meus advogados. Calo-me por direito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, deixa ele calado, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em seguida, o Deputado André Moura. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, fazer considerações em relação à posição do Sr. Renato Duque aqui, de vir a esta CPI e, por direito, ficar calado, eu acho que não se faz...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu entendo que não se faz mais necessário.

Eu fico aqui a me perguntar a necessidade que nós temos, Sr. Presidente, de apresentar, pra que possa tramitar aqui, nesta Casa, no Congresso Nacional, uma

alteração à Constituição Federal pra que nós possamos alterar o inciso LXIII do art. 5º, pra que corruptos, como o Sr. Renato Duque, vindo aqui a esta CPI, ele não fique se utilizando do direito constitucional de aqui ficar calado. Como bem disse aqui o Deputado Arnaldo Faria de Sá, se não me falhe a memória, o Deputado Paulinho da Força, melhor dizendo, um aparato policial pago com os recursos públicos do povo brasileiro está sendo gasto pra trazer esse corrupto, esse ladrão aqui a esta CPI.

Estamos todos nós aqui, podendo estar em outras atividades no Parlamento, contribuindo com o País, vendo um cidadão como esse, se é que posso chamá-lo de cidadão, utilizando-se do direito constitucional. Mas, de qualquer maneira, como Sub-Relator, e cabe à minha sub-relatoria investigar a venda de ativos na África, cabe à minha sub-relatoria investigar a Sete Brasil, a companhia Sete Brasil Participações, mesmo sabendo quais vão ser as respostas desse corrupto que aí está, gostaria de perguntar quem da diretoria, Sr. Renato Duque, então comandada por V.Sa. ou por sua indicação, participou das licitações para contratação de sondas terceirizadas? E em que fases desses procedimentos e na execução dos contratos resultantes, por exemplo, na elaboração dos editais, no julgamento das propostas, na gestão dos contratos, V.Sa., ou os diretores indicados por V.Sa., teve participação?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permaneço em silêncio, de acordo com o que me garante a Constituição.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Por que alguns procedimentos licitatórios da sua diretoria, em relação exatamente à pergunta anterior que eu fiz, para contratação de sondas terceirizadas foram anulados? As contratações da Sete Brasil pela PETROBRAS ocorreram por meio de concorrência pública? Por que foram utilizadas cartas-convites em lugar da concorrência, tendo em vista a magnitude das contratações? Isso não impediu a competição e a busca de propostas com melhores soluções e menores custos para a PETROBRAS?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. sabe as razões da saída do seu parceiro, do seu companheiro, do seu comandado, do seu parceiro nas roubalheiras da PETROBRAS, o Sr. Pedro Barusco, em 2013? E as razões pelas quais ele saiu da PETROBRAS? E do Sr. João Carlos Ferraz?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permaneço calado, não me diz respeito.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Como V.Sa. avalia a gestão do Sr. Luiz Eduardo Carneiro à frente da OGX?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. é filiado ao PT?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quando V.Sa. foi preso pela primeira vez, em novembro do ano passado, sua esposa teria procurado o Sr. Paulo Okamotto, apontado como braço direito do ex-Presidente Lula, exigindo a sua libertação e afirmando que, caso isso não ocorresse, reuniria provas suficientes para demonstrar que o ex-Presidente Lula não apenas sabia, mas também participava de todo o esquema de corrupção na PETROBRAS. Lula teria, então, procurado um ex-Ministro do STF, pedindo que ele conversasse com um outro Ministro do STF, pedindo-lhe que determinasse o relaxamento de sua prisão, pois, caso contrário, o nome do ex-Presidente poderia ser, entre aspas, “injustamente envolvido nesse escândalo”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pra concluir, Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O que V.Sa. tem a declarar sobre esse assunto?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Nada a declarar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA -Tá bom, Sr. Presidente. Eu me dou não por satisfeito, mas por insatisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Antes de passarmos para os autores, gostaria de externar aqui a insatisfação deste Presidente, porque, como todos os Deputados, nós tínhamos a expectativa de que esta oitiva pudesse contribuir de alguma forma para os trabalhos da CPI. Temos que respeitar o direito do investigado de ficar em silêncio, mas gostaria aqui de externar a nossa insatisfação por infelizmente não ver os trabalhos da CPI terem o resultado no dia de hoje, pelo menos é o que a gente espera, o que não servirá, em

nenhum momento, para que nós venhamos a nos desestimular. Pelo contrário, isso só nos estimula.

Estive agora com os representantes da empresa Kroll, estão na Diretoria-Geral da Câmara, cuidando dos últimos detalhes da contratação dessa empresa, que fará a busca de ativos no exterior, para que a gente possa encontrar algum recurso que porventura não tenha sido devolvido nas delações premiadas e que seja fruto de desvios nos contratos da PETROBRAS, e tenhamos a condição de esta CPI também não só investigar e pedir a punição dos culpados, como também podermos recuperar dinheiro público que foi desviado do povo brasileiro.

Dando seguimento às inscrições de autor, irei passar a palavra para o Deputado Izalci, que é um dos subscritores do Requerimento nº15, de 2015. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, primeiro, gostaria, ainda na linha de sensibilizar o ex-Diretor da PETROBRAS, Renato de Souza Duque, a se pronunciar, de alguma forma, porque ainda dá tempo de recuperar a PETROBRAS. Nós percebemos claramente que a decisão da Presidenta Dilma de afastar a Diretoria, Graça Foster e outros, a demora prejudicou muito e diminuiu muito as ações da PETROBRAS. E, quanto mais tempo demorar pra gente esclarecer o rombo real da PETROBRAS, mais dificuldade nós teremos de recuperá-la.

Nós vimos agora, recentemente, inclusive no *Globo Repórter*, com relação ao que está acontecendo no Maranhão, no Ceará, Premium I e Premium II, milhares de crianças, fruto evidentemente de desemprego lá, os pais desempregados, pessoas que venderam seu patrimônio pra investir em construção de residência, de comércio, porque foi anunciada realmente a construção da refinaria. A mesma coisa agora na COMPERJ, a expectativa de 50 mil desempregados. Então, quanto mais rápido a gente esclarecer, inclusive pra efeito de balanço, porque nós temos que colocar no balanço qual foi o real prejuízo, qual foi o real rombo que a PETROBRAS teve em função de tudo isso.

Então, V.Sa. ainda tem todas as condições de apresentar uma delação premiada, uma colaboração premiada, para que a PETROBRAS ainda possa resgatar evidentemente essa grande empresa.

Mas queria, já nessa linha, fazer uma pergunta a V.Sa. que acho que não prejudica em nada a ação ou o que V.Sa. tem a temer com relação a isso. V.Sa. confirma que foi indicado para o cargo de Diretor da PETROBRAS por José Dirceu? Qual era a sua relação com o ex-Ministro? Ainda mantém relações com ele? E pergunto isso, porque no Termo de Colaboração nº 12, de Paulo Roberto Costa, ele diz que Renato Duque ou sua esposa eram parentes de José Dirceu. Confirma essa informação? Acho que não prejudica em nada isso.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu tenho orientação do meu advogado pra não responder a nenhuma pergunta, infelizmente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou ler, Sr. Renato Duque, o que está publicado na *Veja*, em 27/12.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Desculpe. Quando eu digo infelizmente, é porque realmente têm determinadas perguntas que não têm a mínima questão, o mínimo problema de responder. Uma questão de parentesco é uma questão de árvore genealógica.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, responda.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Basta olhar a árvore genealógica de um, a árvore genealógica de outro, a árvore genealógica da minha esposa ou não. Não tem nenhum parentesco.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, não tem? Então, não tem nenhum parentesco? É isso?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não tem nenhum parentesco, nunca teve.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nem V.Sa. nem a esposa de V.Sa.?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Nem esposa nem ninguém.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso. Então, poderia responder da mesma forma o que está na *Veja* também, que eu acho que não prejudica em nada.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - *(Riso.)* Não vou responder mais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está escrito na *Veja*, no *blog* do Felipe Moura Brasil:

"A esposa do arrecadador — V.Sa. — entrou em desespero com a prisão do marido, em novembro de

2014, e, não podendo mais recorrer a Zé Dirceu, procurou o braço direito de Lula, Paulo Okamotto, que lhe prometeu resolver depressa a situação.

Ela ameaçou reunir provas para demonstrar que Lula sabia e participara de todo o esquema. Lula se encontrou com a mulher de Duque. Lula comunicou à mulher de Duque que tudo estava resolvido."

E, passados pouco mais de 15 dias após a sua prisão, V.Sa. viu-se livre da carcerária da Polícia Federal. A esposa de V.Sa. comentou sobre isso? V.Sa. tem conhecimento sobre isso? Ou sim ou não, não precisa entrar em detalhes.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Nada a declarar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas sim ou não? Não entendi. *(Risos.)*

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu vou ser direto com o senhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Minha esposa nunca esteve com o Presidente Lula ou com o Sr. Okamotto. Não conhece, nunca conheceu. Responde?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Responde. Agradeço a resposta de V.Exa. *(Palmas.)* Inclusive quero comunicar a V.Exa., como já foi dito aqui, que...

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu estou respondendo ao senhor essa pergunta, contrariando o meu advogado, porque eu estou vendo o Deputado Onyx, atrás do senhor, fica falando sem parar que tem que convocar a minha esposa aqui pra esclarecer isso. Então, eu estou esclarecendo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, não há nenhum...

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu estou dizendo que isso aí eu estou entendendo como uma ameaça.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só compensar o meu tempo. Eu quero, Sr. Presidente, mais uma pergunta também, pode ser sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pra concluir, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas é porque tomaram o meu tempo, Sr. Presidente, só pra concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo de V.Exa....

O SR. DEPUTADO IZALCI - No Termo de Colaboração nº 3, de Pedro Barusco, que pelo menos dizia que era amigo de V.Sa. e de confiança de V.Sa., ele disse que solicitou do representante da SBM, Julio Faerman, que vai ser o próximo depoente aqui, que V.Sa. solicitou a ele 300 mil dólares a título de reforço da campanha das eleições de 2010, a pedido do Vaccari, destinado ao Partido dos Trabalhadores. Basta sim ou não.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim ou não?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou garantir o meu direito constitucional de ficar calado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou inscrito aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Próximo autor, o Deputado Onyx Lorenzoni. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, CPI não ameaça, convoca. Só pra colocar os pingos nos is.

Segundo, Sr. Renato Duque, o senhor era o queridinho da PETROBRAS. Sabe por quê? Aqui alguém sabe quanto ele recebeu legalmente da PETROBRAS no ano de 2010? Um milhão e 100 mil reais; em 2011, 2 milhões e 180 mil. O Diretor mais bem pago da PETROBRAS era o Sr. Renato Duque. Por que isso? Dinheiro oficial, fora o que roubou. Que o senhor é bandido, que o senhor participou de um esquema criminoso, não há dúvida nenhuma.

Eu tenho 12 CPIs na minha história parlamentar. Todos os traficantes, doleiros, bandidos, assaltantes e corruptos que se negaram a responder perguntas eram bandidos. Todos, sem exceção! E o seu advogado devia fazer um cursinho rápido com o Dr. Marcelo Leonardo. Sabe por quê? O Dr. Marcelo Leonardo vinha aqui, ficava com a mesma aparência do jovem — era tão jovem naquela época, em 2005 — e aconselhou o Marcos Valério a fazer exatamente a mesma coisa que o senhor está fazendo. Marcos Valério tomou 40 anos no lombo. O senhor tem noção que o senhor está sendo acusado por organização criminosa, são 8 anos, lavagem, são 10 anos; mas são 146 processos. Pergunte pra ele se não multiplica. Vai ter a dosimetria depois.

O senhor está sendo acusado pelo Ministério Público por corrupção passiva qualificada, agravada pelo fato de ser servidor público. A original da corrupção passiva são 12 anos, o senhor vai a 20. Sabe quantas vezes, Sr. Renato Duque? Vinte e cinco acusações. Que o senhor escape da metade. Duvido! O senhor vai, talvez, a centenas de anos de condenação. O senhor vai entrar para os livros de história do Brasil, talvez, como o agente público que mais anos de cadeia foi condenado em um julgamento. A chance que o senhor tinha de talvez tentar sair dos livros de história do Brasil era aqui. Aqui o senhor pode falar, aqui o senhor pode falar de honra, pode falar de moral. Mas o senhor abre mão de tudo isso pra atender a uma orientação completamente equivocada do seu advogado.

O senhor precisa pedir pra ele cópia da Lei nº 12.850, que trata das organizações criminosas, é uma atualização da legislação, que nós votamos, e aqui trata da delação premiada. Aqui tem a delação premiada do Sr. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, aqui tem a delação premiada do seu amigo dileto Pedro Barusco, que o senhor foi a Milão, o senhor se encontrava nos hotéis do Rio de Janeiro, no Windsor, no Meliá, em São Paulo, do Alameda Santos, junto com o João Vaccari. O senhor acha que isso não vai ter registro de imagem, que isso nós não vamos conseguir rastrear ou a Polícia Federal e o Ministério Público já não tem? Isso está aqui!

O Sr. Barusco veio aqui e disse que estava aliviado por devolver 97 milhões de dólares e fazia questão de dizer o seguinte: *"Gastei 1 milhão com a minha saúde."* Tristemente já tinha problema grave de saúde. Mas por que ele estava aliviado e por que ele fazia uma justificativa pública daquele 1 milhão entre 97 milhões de dólares? Ele estava prestando conta ao chefe da quadrilha.

Ele disse aqui, e o Sr. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto e o Sr. Pedro Barusco, o Sr. Pedro Barusco colocou aqui, está aqui o depoimento na minha mão, que lhe entregava, de 15 em 15 dias, 50 mil reais em espécie. O Sr. Pedro Barusco não tinha muitas vaidades. Na sua casa até o senhor tinha lá uma salinha reservada, que a Polícia Federal acessou, um quarto escondido, onde ali haviam obras de arte. O senhor comprou um Miró? O Miró que o senhor tem é verdadeiro ou é falsificado? Porque, se for verdadeiro, o senhor vai passar pra história como o corrupto que

comprou um Miró, que vale 5 milhões de dólares. Eu acho que o senhor sabia muito bem o que estava fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pra concluir, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E espero que o senhor saiba onde que o senhor está metido.

Mas a sua família, a sua esposa, os seus filhos, esses é que vão pagar a conta que o senhor vai deixar para eles como herança, até porque nesta lei aqui, que é a Lei da Delação Premiada, o senhor deve verificar que aqui, quando um condenado ou quando o suspeito faz o acordo, se ele mentir e não puder provar o que disse, e Pedro Barusco era homem da sua estrita confiança, a pena dele quadruplica, Sr. Renato Duque. Nem ele nem Paulo Roberto nem Augusto Riberio Mendonça, da Setal, vão querer, depois de ter reduzido... O Pedro Barusco escapou de 30 anos de prisão pra 2 anos de semiaberto, com 3 anos de trabalho comunitário. Se eu fosse o senhor ia atrás da Dra. Catta Preta, acho que ela é mais competente que o seu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Próxima autora, Deputada Eliziane Gama. V.Exa. tem até 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais colegas Parlamentares, Sr. Renato Duque, o senhor fez uma pergunta quando da época da sua prisão: *"Que país é este?"* O senhor vem a esta Comissão e resolve não falar, resolve não responder. E, por considerar que o senhor resolve não responder, eu vou responder a sua pergunta *"Que país é este?"* Na verdade, este é o País, Sr. Renato Duque, que não acredita — e o seu advogado falou com muita veemência quando falou que não havia, que o senhor não fez nenhuma movimentação na sua conta no exterior. Na verdade, o brasileiro não consegue entender que o senhor, um dos homens mais poderosos da PETROBRAS e que tinha a força de fechar acordos bilionários, fosse ingênuo, mesmo sendo investigado, de fazer as suas movimentações em contas internacionais.

E aí a gente fica, na verdade, se perguntando: quem estaria o senhor acobertando? seria o seu padrinho político? será que seria o Dirceu? Quem seria, para que realmente o senhor não viesse a admitir esse fato?

Outra pergunta, na verdade outra resposta: este é o País que não consegue entender por que o senhor guardou no porão — no Maranhão, se chama porão —, com ar-condicionado, obras de arte tão valiosas, tão milionárias. Na verdade, as obras de arte são para serem apreciadas, para serem vistas, e elas estavam lá, guardadas. E, ao mesmo tempo, as obras de arte hoje no Brasil e no mundo são o mecanismo mais adequado e propício para quem comete lavagem de dinheiro recorrer. E aí a pergunta, e o Brasil, portanto, não consegue admitir que essas obras estivessem apenas ali e que não fossem na verdade para lavagem de dinheiro.

Outra resposta que eu queria também trazer ao senhor: na verdade este é o País que os brasileiros esperam, e nós já pedimos aqui uma acareação. Hoje fica muito mais claro, porque pedimos uma acareação com o senhor, o Vaccari e o Pedro Barusco, para que viessem responder a questionamentos que já foram colocados aqui pelo Sr. Barusco, que afirma que repassava dinheiro em espécie quinzenalmente para o senhor. E o próprio Shinko Nakandakari — se não falei o nome dele errado — afirmou, na sua delação premiada, ter-lhe entregue em espécie 1 milhão de reais., ou seja, é necessário o Brasil, se Deus quiser, estar acompanhando esta acareação nesta CPI.

Outra resposta que os brasileiros na verdade hoje têm é que este é o País onde um subordinado seu, anos a fio sendo seu amigo, seu companheiro e seu colega, devolve hoje para o Brasil 100 milhões de dólares, e o senhor, durante todo esse período, diz que não sabia. Na verdade, essa frase “não sabia” é uma resposta para muitos políticos no Brasil, e o senhor se vale também da afirmação de que efetivamente não sabia desses 100 milhões de dólares, ou melhor, de todo esse dinheiro que foi fruto dessa roubalheira na PETROBRAS.

E quero finalizar dizendo ao senhor que, quando foi questionado e alguém lhe confundiu com Pedro Barusco, o senhor respondeu com muita veemência: *“Não me confunda com Pedro Barusco!”* O senhor na verdade demonstrou uma revolta, uma indignação, parece indignação de quem foi traído.

O senhor foi traído pelo Pedro Barusco, que de repente resolveu falar e contar tudo o que aconteceu, afirmando inclusive que o senhor teria recebido o dobro do que ele recebeu nessa junção com o Pedro Vaccari, mais de 200 milhões de dólares, um dinheiro incontável, indecifrável.

E, por último, quero lhe fazer um apelo — e falo isso como mulher, mas também como Parlamentar que está nesta CPI para cumprir o meu papel e dar uma resposta ao povo brasileiro —: o senhor pode evitar que a sua esposa passe pela situação que o senhor está passando aqui, basta o senhor falar, basta o senhor fazer um acordo, se tiver que fazer, de delação premiada, e evite que a sua esposa venha para cá, como várias esposas hoje no Brasil às vezes acabam assumindo a culpa do marido, às vezes por uma pressão psicológica. É o apelo que eu faço ao senhor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, apenas para fazer um registro: como eu estou na Mesa: não acho correto que as pessoas que estão com todo o direito de fazer a sua intervenção se refiram a um profissional advogado como incompetente, sendo que ele não pode aqui, neste plenário, usar a palavra. Então, apenas deixo registrada essa questão.

Acima de tudo, para que nós possamos ser respeitados, temos que respeitar os profissionais que estão aqui exercendo a sua profissão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Parabéns, Relator!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, a referência é, evidentemente, à minha fala. Eu não fui deselegante com o advogado do depoente, nem poderia ser, porque respeito, e muito...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Não foi citado, Sr. Presidente. Ninguém foi citado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Tenho inclusive um filho que estuda Direito, e jamais faltaria o respeito. Eu só fiz uma sugestão. Quem quiser vestir o capuz, que vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exas.

Deputado Afonso Florence, V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Vice-Presidentes, Sub-Relatores, Sr. Renato Duque, todos os que nos ouvem no Brasil, nós, na CPI, que é um espaço da política, combinamos as atribuições regimentais de investigação com um espaço político de disputa de posição. É óbvio, o Brasil sabe disso.

Então, a condição específica de requerente que tem um rol de perguntas ao Sr. Renato Duque, que, na forma da lei, do que lhe é de direito constitucional, se nega a responder, coloca-nos, digamos assim, a possibilidade de tratar com um pouco mais de zelo o outro espaço, que é o espaço da política, porque obviamente as nossas perguntas encaminharemos ao Sr. Relator, e oportunamente ele poderá responder.

V.Sa., Sr. Renato, e é seu direito, pode ficar calado e, oportunamente, quando lhe convier, responderá.

Aqui, nesta CPI, nós já tivemos depoimentos de quem estava em delação premiada — foi o caso do Pedro Barusco —, e nós vimos o que aconteceu.

Até as últimas 24 horas, Sr. Presidente, ainda não tinham sido disponibilizadas as notas taquigráficas. Nós estamos numa expectativa, e faço essa solicitação a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso foi cobrado pelo Relator, e nós determinamos agilidade ao setor de Taquigrafia na entrega das notas taquigráficas, para estarem à disposição dos colegas da CPI.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Muito obrigado.

Então, quero dizer que o primeiro depoimento que nós tivemos aqui, nesta CPI, foi do Sr. Pedro Barusco, Sr. Renato. Ele inicialmente disse que praticou corrupção sozinho, em 1978, em 1979; que não tinha conhecimento de denúncias de... *(Risos.)* Em 1997 e de 1998...

Toda vez que um de nós fala algo que... Há Parlamentares, Sr. Presidente, que ficam rindo, provocando-nos enquanto nós nos manifestamos. Eu fiz uma confusão! Nós vimos aqui, no depoimento do Sr. Pedro Barusco, ele dizer que praticou corrupção em 1997 e 1998; e que a praticou sozinho, porque não tinha conhecimento de que outros a praticassem. Depois, sucessivamente inquirido, ele reconheceu que tinha conhecimento, pela imprensa, de denúncias.

E nós tivemos aqui uma CPI — uma CPI aqui na Casa — que também arrolou evidências de que muitas outras pessoas praticaram corrupção naqueles anos de 1997 e 1998.

Ele disse, Sr. Renato, Sr. Presidente, Sr. Relator, todos os que nos ouvem e nos assistem, que, em 2004, houve uma institucionalização. Perguntado aqui, inclusive com alusão a nomes de dirigentes partidários do Partido dos Trabalhadores, ele disse: *"A institucionalização decorreu do expressivo aumento do número de contratos e de valores investidos na PETROBRAS"*. Não houve orientação. Ele disse isso aqui.

Ele disse aqui que os aludidos 200 milhões repassados ao PT foram combinados em um ambiente onde ele não sabia, não podia provar se a suposta presença de Vaccari era na forma legal de arrecadação ou ilegal, porque ele não tinha prova, não sabia, não podia afirmar. Ele disse isso aqui. Ele disse aqui que aquele valor de 200 milhões era estimado com base no que ele teria recebido. Mas ele reiterou várias vezes que não podia provar; ele não sabia se era um procedimento ilegal.

Depois, ele disse que essa institucionalização foi feita sem orientação política. Foi aludido aqui: *"O Presidente Lula e o PT..."*. E ele disse: *"Não; não foi"*. Entretanto, a versão que saiu, majoritariamente, foi de que foram 200 milhões, de que Vaccari...

Então, nós temos que constatar que uma coisa é a constituição de evidências judiciais comprovatórias; outra coisa é a disputa política. E o que nós estamos vendo aqui, hoje, é um esforço para acuar quem não delata...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - ...e um patrocínio de delatores réus confessos, corruptos confessos, a heróis nacionais. Esse procedimento praticado pela Oposição tem que ser combatido. Nós refutamos, como disse o Deputado Valmir Prascidelli, essas ilações, essas acusações sem provas contra o Partido dos Trabalhadores, um partido constituído de homens e mulheres honestas. Vamos apurar. A orientação do PT é apurar. Se houver ilícito praticado por agentes econômicos ou agentes públicos, de qualquer filiação partidária, têm que pagar na forma da lei. E isso implica que nós temos que retroagir a 1997 e 1998.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. e faço chegar a suas mãos as notas taquigráficas solicitadas do Sr. Pedro Barusco, que há 3 dias já se encontram no *site* da CPI. Mas fiz questão de lhe entregar pessoalmente, de fazer esse gesto, para que V.Exa. possa analisá-las.

O próximo autor seria o Deputado Júlio Delgado, que está ausente.

Agora chamo o Deputado Paulo Pereira da Silva, o Deputado Paulinho. *(Pausa.)* Também está ausente.

O Deputado Carlos Marun, autor do Requerimento nº 306, de 2015, é o próximo. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Duque, eu, participando desta sessão de CPI, como sou Deputado Federal de primeiro mandato, não tenho a experiência que outros colegas têm, confesso que quase me senti vivendo uma situação surreal. Eu sou um matuto lá do Mato Grosso Sul — um "matucho", nascido no Rio Grande do Sul; hoje, então, não digo nem matuto; "matucho". E confesso que a gente até não gosta de rir da desgraça alheia, tem até certa... Mas eu devo dizer que a sua prisão me tranquilizou. Não sou de rir da desgraça alheia, tenho até certo constrangimento em vê-lo agora, um homem que era tão poderoso há pouco tempo, nessa situação que o senhor está vivendo. Mas me tranquiliza a sua prisão, porque ela traz coerência a esse processo.

E eu penso que a falta de coerência começava a atingir a própria credibilidade das investigações. Se os outros estão presos em situação semelhante à sua, por que o senhor não foi? Isso atinge também, na minha humilde forma de analisar, o Sr. Vaccari. Eu não consigo entender por que o Vaccari não está preso e os outros estão. Até posso concordar, como advogado que sou, que existem algumas questões constitucionais que poderiam ser analisadas; mas, preso ao princípio da coerência, eu não entendia como o senhor e o seu Vaccari ainda estavam soltos.

Então me tranquiliza o fato de o senhor estar preso, mesmo confessando que não me sinto confortável vendo o senhor, um homem que há pouco tempo era tão poderoso, nessa situação em que se encontra.

E, como matuto, outra coisa também que a gente sabe é: quem cala consente — já foi falado isso pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá —, quem cala consente.

Quer dizer, eu, que cheguei aqui para ouvi-lo, venho até buscar nas suas palavras alguma explicação, saio daqui, confesso, convencido da sua culpa. O seu silêncio, para mim, é uma confissão de culpa. Era uma oportunidade para o senhor apresentar suas razões, talvez não vá ter outra; vai prestar depoimento em juízo. Mas aqui está a Nação brasileira representada pela imprensa, tão presente neste evento. É uma grande oportunidade que o senhor perde.

Isso me entristece, isso me entristece. Não sei se o senhor está tomando a decisão correta. Acho que o senhor está tomando... Penso que o senhor está tomando a decisão errada. Respeitando o trabalho do colega advogado, penso que o senhor está tomando a decisão errada. Penso que ainda tem tempo, o senhor ainda vai falar aqui por 2, 3, 4 horas. Penso que ainda tem tempo de o senhor reavaliar essa situação e emprestar uma colaboração. A casa caiu! A casa caiu, caiu a casa. Puf! Caiu a casa, a casa caiu! Não adianta o senhor ficar aí. Não adianta o senhor ficar aí querendo ser o herói da resistência... ser o herói da resistência. No momento em que, eu repito, o gato subiu o telhado, a casa caiu.

O senhor não responde a nada. Ah! Perdeu a vontade! Mas para que time o senhor torce? O senhor torce para quem? Dá para, pelo menos, o senhor dizer se é torcedor do meu Internacional, para eu ouvir... para o senhor, daqui a pouco, estabelecer... Nós não estamos aqui para crucificá-lo. Nós entendemos que o senhor realmente é um culpado de crimes que a Nação brasileira repudia, mas que o senhor fez isso... O senhor é Duque, tinha rei, tinha vice-rei. O senhor é Duque e, penso, o senhor poderia, repito, aproveitar essa oportunidade. E vejo também que tem hora em que o senhor olha para nós com cara de brabo. Parece, sim. *(Risos.)* Mas, na verdade, quem está brabo com o senhor somos nós. Nós aqui representamos o povo brasileiro, e o povo brasileiro está tão brabo com o senhor, Sr. Duque! Se o senhor soubesse a brabeza que essa gente está, quando vê o senhor tirando... saindo da sua casa carro de todo tipo, quando o senhor tem 70 milhões ali, milhão para cá e pra lá... Quem está brabo com o senhor somos nós, Sr. Duque. E mais brabo ainda agora que o senhor vem aqui e gasta mais dinheiro, mais recurso público para estar aqui e resolve não contribuir com as investigações.

Mas eu faço questão de fazer as perguntas, certo, para marcar a posição do PMDB, que é uma posição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Então, eu vou fazer as três perguntas. Como o senhor não vai responder, eu vou fazê-las rapidamente, também: V.Sa. cogita fazer acordo de delação premiada?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Posso responder no final?

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Está bem.

O Sr. Pedro Barusco, que pelo jeito é ex-amigo — o pior inimigo é o ex-amigo mesmo, não é? *(Risos.)* Eu vi pela sua reação: o pior inimigo é o ex-amigo —, informou que o senhor estava, em depoimento público, ciente do esquema de corrupção, inclusive compareceram juntos a um banco da Suíça para a abertura de uma conta, a fim de movimentar esses valores. A informação é que a conta tinha até o nome de “Drenos”: que drenava recursos. Isso é verdade?

E a terceira: após a prisão de V.Sa., o seu advogado declarou não ter conhecimento da transferência de valor da Suíça para Mônaco. O senhor realmente não movimentou a sua conta nesses últimos dias?

São as três perguntas que eu faço.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei em silêncio, de acordo com o que me garante a Constituição.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa..

Vamos para a lista de inscrição de membros. Quero informar a V.Exas. que nós seremos bastante rígidos em relação ao tempo, inclusive em respeito, acredito eu, à população brasileira, que neste momento não vê nesta reunião uma reunião produtiva, é uma reunião mais, acredito eu, de desabafo dos Parlamentares, com todo o direito, o que nós temos que respeitar. Mas é uma reunião que não está tendo o resultado que a CPI esperava. Então, daremos seguimento à lista de inscrição para os membros.

O primeiro inscrito é o Deputado Ivan Valente. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Renato Duque, eu estou observando as suas respostas e a sua feição, e só notei em V.Exa. a reação em dois momentos aqui. Eu acho que foi quando falaram da sua

esposa — há insistência nisso, eu estou entendendo ser um calcanhar de Aquiles — e quando o senhor negou o Sr. Barusco, foi uma reação bastante intempestiva.

Eu queria até começar por aí. Eu não vou falar da sua esposa, acho que não cabe aqui na CPI. Entendo o seguinte: o Sr. Pedro Barusco fez uma delação premiada, o Sr. Paulo Roberto Costa, também, Augusto Mendonça. Então, as provas são consistentes, existe dinheiro de assalto aos cofres públicos, existe dinheiro na Suíça

O Sr. Barusco, na verdade, esteve aqui e ele implementou certa candura, certa doçura à corrupção. Sabia? Ele ficou 6 horas aqui e saiu como simpático, inclusive — um simpático corrupto. Ele roubou 97 milhões de dólares, não é? Já o senhor, não. O senhor é durão. O senhor está colocando que não tem nada a ver com isso e tal. Mas, na verdade, o Sr. Barusco chegou antes do senhor na PETROBRAS e depois ele virou o seu subordinado. E os senhores eram muito amigos, por todos os relatórios.

Então, eu queria entender o seguinte: quem na verdade aprendeu com quem? O senhor pode responder essa pergunta? Quem montou o esquema? Pode responder?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Nada a declarar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito bem.

Agora eu vou fazer uma bateria de perguntas, porque o meu tempo é muito curto. O Presidente foi muito condescendente com outras pessoas, mas com o primeiro, com o que chegou mais cedo, ele não vai ser. Mas eu queria pedir a seguinte questão: que pelo menos que as perguntas sejam respondidas na forma de sim ou não. Talvez V.Sa. possa responder e até interessa.

Queria entender o seguinte: o Sr. Pedro Barusco, no seu termo de colaboração, disse que a dinâmica de pagamento de propina existia na PETROBRAS antes da sua chegada à PETROBRAS.

O senhor considera também que o esquema de corrupção que veio à tona existia antes da sua chegada à estatal, ou à direção da estatal?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou manter-me calado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Segunda questão, Sr. Presidente: muitos partidos políticos, Governo e Oposição, receberam dinheiro das empresas denunciadas na Lava-Jato — muitos, a grande maioria, inclusive.

Eles receberam fora do período eleitoral, que é 2011 e 2013. Eu estou com os dados aqui. Inclusive quero dar um exemplo: o PT recebeu 1,3 milhão em fevereiro de 2011, da Andrade Gutierrez, e o PSDB recebeu 1,4 milhão da Queiroz Galvão, em fevereiro.

O senhor reconhece algumas dessas doações como pagamento de propina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ... travestidas de doação? Ou, a melhor pergunta é: é impossível distinguir doação legal da doação de propina? O senhor acha?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A última pergunta, Sr. Presidente: V.Sa. ficou na PETROBRAS, na Diretoria de Engenharia por muito tempo. Eu queria saber o seguinte: o Decreto nº 2.745, que estabelece nova forma de licitação, depois da privatização da PETROBRAS, editado no Governo anterior ao do PT, no de Fernando Henrique, flexibilizou os critérios para a contratação de obras e serviços.

O senhor considera que esse decreto abriu as portas para a corrupção na estatal?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. O tempo de V.Exa. está encerrado. V.Exa. tem mais alguma...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu tenho mais umas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, não era só uma, eram duas, não é Deputado Ivan Valente? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mais uma só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou negociar uma com V.Exa., então.

Sr. Presidente, o Sr. Alberto Youssef afirmou que os pagamentos foram feitos mediante contratos falsos e emissão de notas fiscais frias por intermédio das

empresas GFD, MO e Rigidez. Essas empresas operavam junto a que partidos políticos?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou ficar calado e não conheço o Sr. Youssef para responder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor não conhece o Youssef?

O Sr. Vaccari, o senhor conhece?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Ivan Valente.

Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para uns é o cartão postal do Rio de Janeiro, para outros, do Brasil. Eu me refiro à bela praia de Copacabana, a Avenida Atlântica.

Na Avenida Atlântica, nesse cenário, Sr. Duque, o senhor conhece esse hotel, o antigo Meridian?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - O antigo Meridian, eu conheço. Eu não estou vendo a fotografia.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu vou até aí.

O SR RENATO DE SOUZA DUQUE - Não, eu conheço o antigo Meridian.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O senhor conhece o restaurante Alloro, que fica nesse hotel que hoje se chama Windsor Atlântica?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não vou responder.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O senhor já esteve nesse restaurante, nesse hotel alguma vez?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou manter-me calado.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O senhor sabe que, no depoimento do Sr. Barusco, à certa altura, ele afirmou que Renato Duque tinha uma proximidade muito grande, um contato — aspas — “muito forte” com o Sr. João Vaccari, que Duque e Vaccari costumavam se encontrar no Hotel Windsor Copacabana, no Rio de Janeiro, e no Meliá da Alameda Santos, em São Paulo? Este hotel, este restaurante.

O senhor sabe que nós já solicitamos — é muito importante o senhor ter consciência disso, e será aprovado o requerimento na próxima semana — as filmagens desse hotel das áreas internas, em especial do restaurante? O senhor sabe que nós já solicitamos também a contabilidade, o pagamento das despesas? É óbvio que se sabe que, quero crer, muitas das despesas e dos encontros que costumavam ser realizados pelos senhores eram pagos em dinheiro, mas, como se achavam acima do bem e do mal, certamente podem ter pago com cartão de crédito, e aí pode residir a prova cabal desses encontros em que se reuniam os senhores, segundo Barusco, segundo se sabe, para engendrar o racha, a divisão do esquema da propina, que era proveniente do assalto que os senhores fizeram à PETROBRAS.

Então, o senhor conhece esse hotel, o senhor disse que conhece o hotel, mas não conhece o restaurante do hotel?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu disse que eu vou ficar calado. Foi isso o que eu falei.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, nós estamos diante da possibilidade real, concreta, de obter a ligação comprobatória desse trio que se reunia, Duque, Barusco e Vaccari, para fazer a repartição dos dinheiros da propina.

Eu queria solicitar ao Sr. Duque, na esteira dos convites à reflexão que já lhe foram aqui trazidos, profundos, que têm a ver com a sua vida, com o seu futuro, com a sua existência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta)- Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - E aí eu fecho. Quero lembrar o seguinte: é muito natural que as pessoas, quando queiram comprar um apartamento, procurem saber três tipos de apartamento, ou, quando queiram comprar um carro, o valor em várias concessionárias, ou quando queiram, em função de uma gravidade ou enfermidade, saber uma opinião melhor, ir a um segundo e a um terceiro médico. Não seria interessante — perdoe-me o advogado aqui presente — o senhor também consultar outros advogados sobre a importância da delação premiada, que lhe pode permitir ter um horizonte de vida melhor em relação ao seu futuro?

Apenas com esse registro, eu queria dizer: ajude o Brasil. Vocês já fizeram um mal muito grande ao Brasil. Ajude o Brasil. Vá à profundidade da sua alma e da

sua consciência. O senhor estará ajudando a si mesmo e estará fazendo história nessa República — há tempo para isso —, ao invés de permanecer 30 anos numa cela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Pois não. Sr. Presidente, eu vou pensar alto aqui e talvez encaminhar uma pergunta, que já foi feita pelo meu querido camarada Ivan Valente, e pedir que, no final, se possível, o engenheiro Renato Duque, dialogando com o seu advogado, reflita sobre a possibilidade de responder ou não.

Ontem eu estive numa Comissão de Deputados e Senadores com o Dr. Janot, e, em determinado momento, discutimos os tempos para uma investigação dessa natureza, dessa profundidade e dessa complexidade. Em determinado momento, ele disse: *"Nós estamos obedientes à técnica, porque, mesmo agindo com base na lei e na técnica, ainda assim somos acusados de estar decidindo com base numa visão política"*. Disse ele: *"Por isso, inclusive, mandamos investigar vários, em vez de já pedir denúncia".* Dizia ele: *"Delação premiada pela lei seria facilmente derrubada por um competente advogado, caso, digamos, ele partisse para a denúncia"*.

Ficou consolidada em mim a certeza de que há um processo de corrupção de grandes dimensões. É bem verdade que, quando o Deputado Mendonça Filho diz assim: *"Há dificuldade de algum cidadão de um país qualquer entender que em uma república democrática esteja ocorrendo isso..."* É bem verdade que, quando se fala em Suíça, em França, em HSBC, há mais ou menor rigor, mas me parece que o próprio capitalismo, a submissão da humanidade à lógica do lucro acaba gerando a corrupção como algo estrutural. Mas nós temos que combatê-la, e o debate exige uma investigação profunda. Aí alguns dizem que estão comprometidos. A gente tem que acreditar quando as pessoas dizem...

Mas eu queria aqui dizer, à sua reflexão, que se calar é realmente um direito que está na lei. Mas talvez a grande contribuição que o senhor daria à história

pessoal, familiar e à história do Brasil seria poder receber o prêmio da delação e nos ajudar a responder a pergunta que está feita pelo Deputado Ivan...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Edmilson.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...e que eu, pessoalmente, acho que, para trás, muito além para trás do período em que o Decreto 2.745, a corrupção está instalada neste País e na PETROBRAS, e há que combatê-la. Eu creio que uma resposta sobre isso seria muito importante para nós. Eu concluo, Presidente, apenas com uma observação...

Eu fiz questão parecida ao ex-Presidente da PETROBRAS e fiz referência a algo que a imprensa divulgou ontem, novamente. O próprio Presidente deste Poder afirma — olha, e fez após elogios do Líder do PSDB — que este Decreto 2.745 seria a marca histórica do início deste processo sistêmico de corrupção. Abriu a porteira, ontem, e os grandes jornais publicaram.

Eu queria ouvir a resposta de V.Sa. V.Sa. concorda, antes de 2002, de 2003, como engenheiro, concursado, desde 1978, dessa importantíssima empresa, que nós tínhamos possibilidade de ir além.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Até porque — para concluir com uma questão —, doação de campanha é propina. Parece-me que essa é uma certeza de outro investigado, o Paulo Roberto Costa. Isso nos traz à baila o escândalo do HSBC, que mostra, por exemplo, na imprensa, hoje, como um todo, contribuição a vários partidos, a pessoas físicas e a pessoas jurídicas, inclusive alguns partidos de Oposição recebendo mais até do que o partido que está na Situação. Então, não é possível que nós tenhamos como conclusão que não há corrupção e que a PETROBRAS está totalmente preservada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Edmilson.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu digo assim — fecho com essa ideia. De repente, tivesse o senhor sido candidato a Deputado, eleito aqui e outros denunciados, quiçá tivéssemos aqui outra circunstância. Aí realmente fecharíamos a CPI sem condição de investigar nada, porque não haveria corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradecemos a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Depois, Presidente, o PDT, pela Liderança.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Renato Duque, hora de falar, hora de calar e também hora de ouvir. Ele deve ter prestado muita atenção às indagações e às considerações feitas aqui pelos Srs. Deputados.

Eu queria falar para ele, ao Sr. Renato Duque, e para o brasileiro que não há força no mundo que possa impedir, que possa obstruir as investigações da Operação Lava-Jato. Eu digo isso porque quem viu as ruas no dia 15 de março percebe a atenção, a preocupação e o interesse enorme da população brasileira com relação a esse assunto; mais do que isso, de indignação.

Então, não há nenhuma hipótese, Sr. Renato Duque, de alguma força política, influência econômica, interromper esse trabalho que está sendo feito tanto pelo Ministério Público, com seus Procuradores, como pela Polícia Federal, com seus Delegados, que estão investigando, e também pela Justiça Federal, através do comando do Juiz Sérgio Moro. É claro que pode ter ali o cometimento de algum equívoco, mas, no sentido da obra, do conjunto da obra, a operação está avançando. E aqui a CPI também tem procurado fazer a sua força, a sua parcela de contribuição.

Quero dizer ao Sr. Renato Duque que esse assunto ganhou uma dimensão maior a partir do momento da delação premiada do seu ex-colega, o ex-Diretor Paulo Roberto Costa, que, ao que consta, refletindo sobre sua vida, sobre seu destino, conversando com seus familiares, com a sua esposa, filhas e genros, decidiu tomar uma decisão de fazer a delação premiada. E, a partir daí, vieram outras. Já seriam mais de 10 ou 12 delações premiadas, que estão colocando, de maneira muito explícita, a dimensão e a responsabilidade desse grande escândalo.

Eu queria falar para V.Sa. é que V.Sa. também — eu falo isso como cidadão brasileiro — deveria refletir, refletir bastante, porque a esta altura dos acontecimentos, embora denunciado, eu acho que já existe praticamente uma condenação. Sabe melhor do que eu o seu advogado, ao seu lado, das dificuldades

que V.Sa. vai ter se não caminhar nessa direção da delação premiada, como outros fizeram. Eu diria não apenas, e principalmente, a bem do País, de se passar a limpo, de se alcançar todos aqueles que foram os responsáveis por esse grande esquema que tanta indignação causa ao Brasil, aos seus amigos, até em homenagem à sua carreira, à sua família. Ouço que V.Sa. se comove, como eu também me comoveria, porque eu tenho esposa, no momento em que sua esposa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Estou concluindo, Presidente. Sua esposa, certamente, é uma personalidade muito forte na vida de V.Sa. — e eu a respeito, e ela deve ser respeitada. Devem-se separar os procedimentos aqui na Casa, até para o alívio também da sua consciência.

Por fim, Sr. Renato Duque, o que eu peço é isso. Reflita, ainda há tempo, mas, se o tempo começar a passar com velocidade excessiva, talvez não haja mais... Pense na sua vida, não deixe que ela seja literalmente destruída. Ajude sua consciência, sua família, seus amigos e o povo brasileiro. Faça a contribuição que todos nós esperamos da delação premiada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em seguida, Deputado Jorge Solla. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente, eu me inscrevo pela Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Desculpa, Deputado...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pode ser, pode ser depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Jorge Solla. Em seguida, pela Liderança do PDT.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Presidente, obrigado.

Primeiro, eu gostaria de registrar aqui, Presidente, para todos os membros da CPI, que tenho certeza de que todos, mais do que nunca, compartilham com o desejo de derrubarmos de uma vez por todas a participação do financiamento empresarial nas campanhas eleitorais neste País, que é a fonte da corrupção que está aqui sendo denunciada e investigada.

Quero compartilhar que nós entramos ontem, junto com o Deputado Henrique Fontana, com uma representação por excesso de prazo no Supremo Tribunal Federal, em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650, contra o Ministro Gilmar Mendes, que vai completar 1 ano que pediu vistas desse processo, já ganho, de 6 a 1, contra o financiamento privado, empresarial. E ele está, de forma arbitrária, impedindo que o julgamento do Supremo se proceda.

Então, entramos com essa representação na Corregedoria. Tenho certeza de que os nossos parceiros aqui deste Congresso irão, quando for à pauta no plenário, votar contra o financiamento privado. Quem votar a favor de manter financiamento privado e empresarial de campanha neste País é a favor de manter a corrupção! E aí, sim, é muita cara de pau dizer que está combatendo a corrupção e defender a manutenção do financiamento empresarial e privado de campanha, financiamento da indústria bélica, financiamento de construtora. Basta lembrar que o PMDB recebeu 56 milhões de reais dessas empreiteiras que estão sendo investigadas. O PSDB recebeu 47 milhões. Então, nós precisamos acabar de uma vez por todos com essa fonte incontrolável de corrupção. Fica evidente, inclusive, que essa corrupção não vem de agora. No depoimento anterior do Barusco, ele colocou que, no caso da PETROBRAS, existia pelo menos desde 1997. É bom lembrar que, até um pouquinho antes, Ricardo Boechat, em 1989, ganho o Prêmio Esso com denúncia de roubo e corrupção na PETROBRAS. Recentemente, no dia 17 de novembro, Boechat disse: *"Sempre houve gente roubando na PETROBRAS. FHC, Fernando Henrique Cardos, ex-Presidente, é oportunista ao afirmar ter vergonha da corrupção. FHC sabe que na PETROBRAS se roubou muito durante o seu Governo.* Aí FHC diz*: "Ah, mas não pegaram ninguém. Vergonha de FHC é tentativa de manipulação político-partidária."* Quer dizer, roubou, não pegou, tudo bem. Roubou e pega, aí, sim, é que vira corrupção.

E mais, é bom lembrar que o senhor também jornalista Paulo Francis — inclusive acho que a família, Presidente, do Paulo Francis deveria pedir uma reparação histórica, uma indenização de danos morais contra o Joel Rennó e os sete diretores da PETROBRAS que entraram na Justiça contra ele — morreu aos 66 anos, de infarto, respondendo um processo que cobrava 100 milhões, porque denunciou a corrupção na PETROBRAS e as contas na Suíça que existiam naquele

período. Precisou agora, a Polícia Federal deixou de ser amordaçada, o Ministério Público deixou de ser amordaçado, a Procuradoria-Geral da República deixou de ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...“engavetadora-geral da República”, como era no Governo Fernando Henrique, para finalmente vir a público a corrupção que existia, e muito foi roubado.

Afinal, o Governo de FHC é o Governo mais corrupto que já existiu neste País. Está documentado no livro *Privataria Tucana.*

(Tumulto em plenário.)

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Por favor, Presidente, garanta a minha palavra!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Chega de mentiras!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Mentira é a sua.

(Tumulto em plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Irei garantir a palavra a V.Exa., desde que V.Exa. possa concluir e se ater ao tema da CPI. Que V.Exa. conclua.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Estou me atendo ao tema da CPI, que é corrupção na PETROBRAS. Inclusive, é bom lembrar que o Pedro Barusco aqui, e a minha pergunta vai para o depoente de hoje, teve uma crise de amnésia sobre os fatos anteriores a 2003. Eu queria saber se ele sabe quem é que Barusco está protegendo ao se negar a dizer quem foi que roubou com ele na PETROBRAS, de 1997 a 2002. Se ele sabe quem é que Pedro Barusco está protegendo, porque Pedro Barusco não tinha como receber propina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Jorge.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - ...da SBM naqueles valores, porque ele ocupava um cargo que não tinha autonomia para, naquele período, receber 1 milhão e 400 mil dólares de propina. Quem garantia ao Sr. Barusco vender o que SBM queria e pagava por isso? O senhor sabe dizer isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Obrigado.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não tenho como responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em seguida, o Deputado Pompeo de Mattos, pela Liderança do PDT. S.Exa. até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares integrantes da CPI, Sr. Pedro Barusco, na versão calada, Renato Duque, aliás, tem uma responsabilidade enorme por conta de tudo isso que aconteceu na PETROBRAS, que não é de hoje, é bom dizer, vem de longe, mas hoje é o dia de enfrentar o debate. Eu sei que a gente tem uma boca e dois ouvidos, uma boca para falar, mas tem dois ouvidos para ouvir. V.Sa. não fala, mas está ouvindo coisa aqui que até Deus duvida. E acho que nesse contexto todo o senhor está num mato sem cachorro. Por conta de tudo o que se sabe e por conta de tudo o que está aí, a responsabilidade vai recair sobre os seus ombros, até porque os outros seus colegas já foram entregando um a um, caso a caso, fato a fato, foram delatando, e o senhor não é delator, mas é um delatado. Por conta disso, vão revelando coisas que até Deus duvida.

Eu já participei da CPI do Narcotráfico, do Roubo de Carga, da CPI do Mensalão. Eu fui, recordo-me, indicado pelo PDT lá atrás, e vi muita gente ficar calada, mas aqueles que ficaram calados pagaram a conta depois, calados ou não! A diferença é que pagaram, às vezes, pior do que deviam. Mais do que isso, mesmo ficando calados, as coisas foram reveladas, foram desvendadas, porque é um novelo de lã que vai se puxando, e as coisas vão acontecendo aqui na CPI, depois no Ministério Público, depois no Judiciário, enfim, nos diversos escalões da Justiça, acabam sendo julgados e condenados, e aí o resultado o senhor sabe, até por conta disso, já de forma preventiva, o senhor está na cadeia.

Afinal de contas, só ontem já se anunciou que foram apreendidos, enfim, foram garantidos lá na Suíça mais de 1 bilhão e 300 milhões de reais. É muito dinheiro, é uma coisa assim que salta aos olhos, uma coisa assim inimaginável, e tudo dinheiro de propina, tudo dinheiro desviado da PETROBRAS. Não tem mais como tapar o sol com a peneira, porque essa é uma realidade. Impressiona-me quando o Pedro Barusco esteve aqui e disse aqui que ele ganhou em 97 em torno de 100 milhões de dólares de propina e que ele recebia 40% e o senhor 60%. Fazendo a conta, se 100 milhões de dólares são 40%, 60% são 120, 130, 140 milhões de dólares. Como é que uma só pessoa tem tanto dinheiro? Faz o que com

esse dinheiro? Bota onde esse dinheiro? O senhor era laranja de quem? De quem o senhor era laranja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Lembrando ao Deputado Pompeo de Mattos que V.Exa. não pode inquerir no tempo de Liderança. V.Exa. pode falar.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim, perfeito. Perfeito, mas eu pergunto, Presidente, para o povo brasileiro. De quem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É regimental, só lembrando a V.Exa. para eu manter aqui o Regimento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim, eu sei, perfeito. Perfeito. Eu pergunto a mim mesmo, a nós todos, de quem esse homem era laranja. De quem? É óbvio que não era dele. É óbvio que não era para ele esse dinheiro. É óbvio que é para alguém. Mas quem? Eu vou dizer, Sr. Pedro Barusco da versão calada, que se o senhor falar cai a casa. O que o senhor sabe não é só o senhor que sabe. Tem muito mais gente que sabe, e tem aquela frase: eu sei que o senhor sabe, o senhor sabe que eu sei e o senhor está sabendo que eu sei, e eu sei que o senhor sabe o que eu sei. Então, essas coisas vão vir à tona. O diabo faz a panela, mas não aprendeu a fazer a tampa. Vai saltar fora. Isso está muito claro. Impressiona-me, por exemplo, quando o Pedro Barusco relata aqui na CPI — o Pedro Barusco que fala — que o senhor e ele aportaram 6 milhões de dólares e depositaram em um banco em Paris, o Lombard Odier, e depositaram na Suíça. Um tal de Roberto era o agente. E o Roberto foi lá e meteu a mão no dinheiro de vocês, 6 milhões. Dizia a minha mãe, que aprendeu com a minha vó: *"Ladrão que rouba ladrão tem 100 anos de perdão".* Aqui, ladrão que rouba ladrão tem 6 milhões... Ele ficou com o dinheiro. Ele ficou com o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, para concluir, Sr. Presidente. Isso que aconteceu na PETROBRAS é uma coisa impressionante, porque a gente sabe, já sabia, que não é de hoje que vem o problema da PETROBRAS. Não adianta querer esconder. Não é de hoje. Eu acredito que nunca foi tanto quanto foi desta vez, mas teve. Nas gestões anteriores, também teve. Teve,

sim, mas o que aconteceu agora é a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha e perdeu a vergonha e virou sem-vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não se esperava jamais desses que lá estavam.

Concluo, Sr. Presidente.

Então, é a visão que a gente tem, que o PDT tem e a posição que a gente deixa bem clara aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Perondi, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu não sei se chamo de Cerveró, de Paulo Roberto Costa, de Youssef, de Júlio Camargo, de Barusco ou de Vaccari. Não sei como é que eu lhe chamo. É a maior organização criminosa montada no País nos últimos 20 anos.

Eu estou aqui na Câmara há 20 anos, e sempre ouvimos: *"De onde sai o dinheiro que alimenta a estrutura do partido que mantem o poder há tanto tempo aqui, de 12 anos para cá principalmente?"* Custou, custou, numa impulsividade da Presidenta Dilma quando falou da Pasadena, que ela também é responsável. Aí o abscesso explodiu.

O Barusco disse, sim, que o senhor era muito amigo dele e do Vaccari. Vocês três eram irmãozinhos. Assaltavam, repartiam. O senhor vai virar o Valério e vai apodrecer na cadeia. Ouça a sua esposa; ouça a dona Elza; ouça a dona Elza. Muitos ouviram as suas esposas, suas filhas e seus filhos, e fizeram a delação premiada. A casa caiu, mesmo! Nós vivemos uma crise moral, econômica, fiscal, política sem precedentes. O senhor não pode pagar por isso. Entregue quem está acima do senhor, e o senhor não vai apodrecer na cadeia, que é o medo da sua esposa. Assaltaram, sim, o País. O Luís XIV dizia: *"L'état c'est moi"*. *"O Estado sou eu."* Assim foi feito com o partido durante 12 anos, aqui*. "L'état c'est moi". "O Estado sou eu"*. Tudo é meu na PETROBRAS, e vamos repartir para manter o poder.

Perguntas.

O Sr. Pedro Barusco, amicíssimo seu, afirmou que V.Exa. estava ciente do esquema de corrupção endêmico e institucionalizado desde 2004; que os senhores compareceram juntos ao banco da Suíça para abertura de uma conta a fim de movimentar esses valores. Há a informação de que V.Exa. abriu a conta em nome de um *offshore* chamado Drenos. Isso é verdade? Pode detalhar esse episódio?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Mas o Sérgio Moro já descobriu, já descobriu.

Após a prisão de V.Exa., seu advogado declarou não ter conhecimento da transferência de valores da Suíça para Mônaco e outros países, o que ensejou a sua prisão. O senhor movimentou esses valores? Por quais motivos? A que o senhor atribui essa prisão?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sérgio Moro, Dallagnol, e essas duas equipes maravilhosas já estão descobrindo. E vão chegar acima do senhor. Que bom, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Estou encerrando. O que o senhor prefere, Sr. Duque, falar agora ou ver a sua esposa convocada, D. Elza?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - D. Elza é minha mãe.

Não sei se o senhor vai querer convocar a minha mãe. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A sua esposa.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - A minha esposa não é a D. Elza.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Como é o nome dela?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Bom, eu permaneço calado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Para encerrar, para encerrar! Eu encaminhei o pedido... Eu encaminhei pedido para chamar a esposa do Sr. Duque para depor nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Delegado Waldir. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Sr. Presidente, Brasil, Deputados Federais, imprensa brasileira, a primeira coisa, eu gostaria de fazer o seguinte: é pedir para quem tem estabelecimento comercial aqui, em Brasília, mandar óleo de peroba para passar na cara dos Deputados do PT. Dois: aparelho auditivo, porque eles não querem escutar as vozes da rua. E outro recado...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente, a bancada do PT não pode ser...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero, eu quero pedir...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E terceiro, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - É baixaria!

(Tumulto em plenário.)

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O senhor respeite a bancada do PT! Respeite a bancada do PT!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor me respeite!

(Tumulto em plenário.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tire o dedo!

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Baixe o dedo, Deputado!

(Tumulto em plenário.)

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Você não está na delegacia, aqui, não! Você não está na delegacia com um preso, não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Baixe o dedo!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Coloque-se no seu lugar!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Baixe o dedo!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Você não está numa delegacia, aqui, não, rapaz!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Baixe o dedo!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Coloque-se no seu lugar!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu sei que vou incomodar vocês, eu sei!.

(Tumulto em plenário.)

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Coloque-se no seu lugar!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Por favor, vamos manter o decoro aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu fico perplexo com discussões que o Brasil não quer ver nesta Casa. Eu irei, sem dúvida alguma, garantir aos senhores que o decoro será mantido aqui a qualquer custo. Então, estou aqui interrompendo a fala do Delegado Waldir para pedir que ele possa respeitar os Deputados do Partido dos Trabalhadores. Quero pedir mais uma vez aos senhores que se comportem e contribuam para que a sessão, a nossa reunião, perdão, possa ter o andamento esperado.

Então, é um apelo que eu faço a V.Exas., acreditando ainda que a boa convivência poderá ser mantida aqui durante a reunião.

Repararei o tempo de V.Exa., pedindo que V.Exa. não volte a cometer a falta de respeito que V.Exa. cometeu anteriormente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, apenas alertando que, momentos antes, o Presidente Fernando Henrique foi atacado, o PSDB foi atacado. Eu só estou dando a resposta ao ataque que nós sofremos há poucos segundos. Apenas isso, Sr. Presidente. Mas vamos lá!

Sr. Renato Duque, hoje o senhor está aqui como preso, como preso, conduzido pela Polícia Federal até aqui, e depois, com os seguranças da Câmara, e eu vejo que, realmente, mudaram os paradigmas dos presídios brasileiros. O senhor está, neste momento, com um sapato Ferra... Ferragamo, eu nem sei pronunciar...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Ferragamo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É, esse trem aí que você falou mesmo: 2 mil e 500 reais. Usa um moletom bacana, da Tommy, 500 reais, no mínimo. O seu óculos é Silhouette. Eu acho que agora o Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, que prefere morrer a entrar num presídio brasileiro, está revolucionando os presídios brasileiros. Exigir isso para todos os presos brasileiros. Eu acho que essa é a primeira questão que eu gostaria de falar.

Gostaria, Sr. Presidente, de não ser interrompido. Por favor, em nome da educação que cada um recebeu aqui.

Em homenagem ao... Eu gostaria de fazer, em homenagem ao Deputado João Rodrigues, uma pergunta pro senhor, lá de Santa Catarina. É... Já foi lembrado aqui do Marcos Valério, que está na cadeia. Lembro do Sílvio "Land Rover", que abriu a boca e está nas ruas. Lembro-me também do Delúbio. Delúbio, o senhor conhece, não é? Ali de Goiás. Está lá, abandonado pelo PT. Teve que se aposentar como professor para poder se manter. Foi abandonado pelo Lula, pelo Zé Dirceu, seu padrinho, não é? E o Zé Dirceu deve voltar à cadeia brevemente. E o senhor também vai ficar abandonado. Temos manobras da Presidente Dilma, do Lula, colocando o Toffoli aqui, no STF, para julgar inquérito da Lava-Jato, para tentar ajudar o senhor e outros membros.

Nós temos também encontros secretos do Ministro da Justiça com o Janot. Já estão tentando enrolar o coitado do Janot, colocar ele nessa malandragem que existe no País. Veja só... E hoje eu me deparo, nos jornais, numa uma tentativa de acerto com as empreiteiras... É a CGU, é a CGU que vai fazer os acordos de leniência, de delações premiadas. Soube... Estranho isso, muito estranho isso. Dilma já está sendo vaiada; alguns Deputados Federais do PSDB também estão sendo vaiados. Mas que vergonha isso! E eles não acordam para isso. Sua filha, seus netos, o que dizer deles?

Mas eu vou adiante, Sr. Presidente.

O senhor falou o seguinte: é... Renato Russo deve estar desesperado, neste momento, lá onde ele está, no céu. É... Ele falou o seguinte; o senhor falou o seguinte, o senhor falou o seguinte: *"Que País é este?"* Pois bem, eu vou dizer para o senhor. Que País é este onde nossos cidadãos morrem por falta de atendimento médico, UTIs, hospitais de urgência, e, para quebrar o galho, importam médicos cubanos? Que País é este...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ...onde morrem 60 mil pessoas no trânsito, e outras 60 mil morrem por mortes violentas? Que País é este onde o senhor tem contas bloqueadas e contrata um excelente advogado do País, e as

famílias vítimas de homicídio não têm defensoria pública? Que País é esse onde os presídios brasileiros e centros de internação estão abarrotados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ...e servem para destruir a vida daqueles que estão ali? Que País é este, Sr. Barusco, onde o senhor mora em uma cobertura suntuosa — um palácio, segundo os seus amigos — enquanto ao seu lado, no Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ... está cheio de favelas; em que o Governo Federal dá casa de 50 metros para o cidadão? Que País é este onde o senhor ganha salário, em média, de 700 mil reais/mês, e o professor, o policial brasileiro ganham, em média, 2 mil reais; o salário mínimo é setecentos e poucos reais? Que Pais é este, Sr. Presidente, onde o senhor anda de motorista particular, e nós temos carro... E o senhor anda de carro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ...de luxo, e o povo brasileiro anda de transporte coletivo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Que País é este...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - onde o seu subalterno recebe 250 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só 1 minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Um minuto, para concluir.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, não...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor almoça em restaurante de luxo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já excedeu, e já fomos complacentes. Eu não posso, aqui, também, ficar desmoralizado com o desrespeito ao tempo que nós estabelecemos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Está bom, Sr. Presidente. Eu acredito que tenha passado um pouquinho o meu recado, porque implantou-se neste País o império da corrupção. Não foi o PSDB, não. É um modelo americano que eles copiaram há mais de 130 anos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Izalci. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, até para melhorar as relações, eu quero fazer aqui um elogio. Eu sou crítico, mas na hora de reconhecer, eu tenho que reconhecer. O jornal *O Globo* de hoje, quinta-feira, 19 de março, tem um artigo aqui — e eu quero fazer um elogio público ao nosso amigo Deputado Afonso Florence —, intitulado *Um petista envergonhado*. Nesse artigo, ele pede o afastamento de Vaccari. Acho que ele mostrou, realmente, que a demissão do Vaccari já deveria ter acontecido há muito tempo. O Vaccari tem que ser afastado imediatamente do Partido dos Trabalhadores. Que bom que um dos Líderes do Partido dos Trabalhadores reconhece isso. E eu tenho que elogiar essa postura do nobre Deputado.

Renato Duque, seria correto eu dizer que um Barusco corresponde a 97 milhões de dólares, ou 310 milhões de reais, e um Duque corresponde a 145 milhões e 500 mil dólares, o que corresponde a 466 milhões de reais, já que a proporção é de 60/40? Responda só com “sim” ou “não”. Essa proporção existiu?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu vou ficar calado, obedecendo ao meu advogado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vai ficar calado. Está bem.

Uma pergunta que eu tenho certeza de que não vai comprometer V.Sa.: o gerente jurídico da Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, Fernando de Castro Sá, acusou V.Sa. de ter interferido, de ter impedido, junto ao ex-Presidente José Sérgio Gabrielli, a demissão do ex-gerente de comunicação da companhia,

Geovanne de Morais, isso no ano de 2009, uma decisão da sindicância presidida pela ex-gerente Venina Velosa.

Em depoimento à Polícia Federal, o dono da agência Muranno Marketing Brasil, Ricardo Villani, declarou ter sido Geovanne o responsável pelo pagamento de serviços que chegaram a 7 milhões de reais para a divulgação da marca da PETROBRAS nas provas da Fórmula Indy de 2006 a 2009, sem que a Muranno tivesse contrato com a PETROBRAS.

De acordo com Alberto Youssef, na sua colaboração premiada, a empresa estava pressionando o Governo Lula para receber os valores atrasados. Youssef declarou claramente — está na delação premiada — que Lula soube da ameaça e teria determinado a Gabrielli que usasse o dinheiro das empreiteiras para resolver essa pendência. Gabrielli pediu a Paulo Roberto Costa para interceder e determinou que Alberto Youssef realizasse o pagamento de 1 milhão e 700 mil reais à Muranno Marketing Brasil, o que foi efetivamente feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que V.Sa. tem a declarar em relação a esse episódio? Confirma que intercedeu para que o ex-gerente de comunicação não fosse demitido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa intervenção se deu a pedido de Lula? Sim ou não?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu não tenho nada a ver com essa área. Não tenho nada a declarar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu gostaria de 2 minutos para eu me defender. Eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, nós não daremos a palavra para defesa. V.Exa. está inscrito. No momento em que V.Exa. estiver inscrito, V.Exa. poderá fazê-lo. Não, V.Exa. não foi citado. Eu não darei.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Irei garantir-lhe a palavra, se V.Exa. realmente tiver sido citado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, V.Exa. não disse que iria garantir a réplica, na abertura dos trabalhos?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Réplica é novidade. Agora, na outra sessão, o senhor cedeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós não garantiremos a réplica, Deputado Izalci, porque eu não garanti a réplica a nenhum até agora, então, não poderei garantir o benefício a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas ninguém exigiu o cumprimento do Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas eu não irei garantir. Não garanti a nenhum, prezando o bom funcionamento da Comissão. Temos aqui um investigado que está mantendo o silêncio. V.Exa. vai fazer réplica a quê?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para fazer réplica ao silêncio, V.Exa. só pode ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O Deputado Jutahy Junior, na última sessão, utilizou-se desse direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Irei manter a decisão.

Eu realmente não havia ouvido que o depoente tinha citado V.Exa., Deputado Afonso Florence. Então, darei o direito a V.Exa. de falar. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, um jornal dá uma barrigada, cita uma reunião que ocorreu e uma afirmação minha que não comprova. O Deputado Izalci, do PSDB, tem todo o direito.... Eu não tenho vergonha nenhuma de ser do Partido dos Trabalhadores, muito pelo contrário. Tenho a honra de ser filiado ao partido que mudou a vida dos brasileiros, melhorou a vida do povo brasileiro *(manifestações no Plenário)*, tirando mais de 50 milhões de pessoas da faixa da extrema pobreza. Quem está na universidade pública, quem tem bolsa família, quem tem bolsa do PROUNI, quem tem financiamento do FIES, quem tem luz elétrica, graças ao Luz para Todos, quem tem casa graças ao Minha Casa, Minha Vida tem a honra de dizer que é filiado ao Partido dos Trabalhadores.

Agora, se um jornal deu uma barrigada e isso serve para o Deputado Izalci tentar me atacar, ele poderia usar a mesma regra para outras acusações, já que o

relatório na CPMI apresentado pelo Deputado Carlos Sampaio propunha o indiciamento do Presidente do PSDB por corrupção. Eu não compartilhei da tese de S.Exa., para dizer que todos os peessedebistas são corruptos. Se a tese é esta, vamos convocar todos os tesoureiros que tiveram doação legal de campanha do PSDB, do PMDB, do PP e de todos os partidos! É o que nós queremos investigar aqui.

Não vou me submeter a achaque! Isso parece achaque! Parece que estão querendo me intimidar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, foi um elogio o que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano. V.Exa., que tem o dom de pregar, pode restabelecer a paz. É o voto que nós fazemos neste momento.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Por uma questão de procedimento, V.Exa. poderia ler a lista de inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputados Pr. Marco Feliciano, Valmir Prascidelli...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu retiro o elogio que fiz, então, ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu exijo, Deputado Izalci, neste momento, que o respeito seja restabelecido, para que a gente possa ter o bom funcionamento da Comissão.

A lista de inscritos: Deputados Pr. Marco Feliciano, Valmir Prascidelli, Lelo Coimbra, Aluisio Mendes, Efraim Filho, Carlos Marun, Leo de Brito, Celso Pansera, Maria do Rosário, Onyx Lorenzoni, João Carlos Bacelar, Eliziane Gama, Afonso Florence, José Carlos Araújo, Carlos Andrade, Paulo Pereira da Silva, Arnaldo Jordy, Fausto Pinato, Caetano, Zé Geraldo, João Gualberto, Vitor Lippi, Mário Heringer, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Alfredo Kaefer e Goulart.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Só uma pergunta: os que usaram a palavra estão no final da fila ou estarão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós já demos a palavra a Deputado já havia usado antes. Eu tenho que manter a lista de inscrição.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, os que já usaram como Líder passarão ao final da fila também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, não. Nós manteremos a lista de inscrição aqui, até porque, por exemplo, o Deputado Izalci falou como autor e falou agora como inscrito. Os Deputados que falaram antes também usaram a palavra dessa forma. Então, eu tenho que seguir aqui a ordem de inscrição. Agora terá a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano; em seguida, o Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, o convidado saiu, retirou-se. Eu gostaria de esperar a volta dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. Estamos aguardando.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Como o Depoente não vai colaborar, eu queria abrir mão da minha segunda inscrição. Eu já falei aquilo que eu julgava adequado. Vou aguardar a delação premiada para o trazermos de volta aqui, porque aí vai ser completamente diferente. E isso permitiria que outros Parlamentares pudessem participar antes da nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu também vou adotar o mesmo procedimento do Deputado Onyx. Vou encaminhar as minhas perguntas por escrito para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Aos Deputados que desejarem encaminhar por escrito as perguntas, informo que a Secretaria da CPI está recebendo as perguntas e fará constar em ata a participação dos Parlamentares. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, quero fazer uma correção no requerimento de convocação da senhora esposa do Sr. Duque. O nome é Maria Auxiliadora Tibúrcio Duque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Obrigado.

Deputado Marco Feliciano, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso convidado, Sr. Renato Duque...

Eu peço que os Deputados permitam que eu fale aqui.

Sr. Presidente, primeiro, eu agradeço a vossa deferência pelo meu título de pastor. De fato, um homem de paz de espírito traz paz ao ambiente.

Neste momento, ao observar o depoimento do Sr. Renato Duque, há uma briga dentro de mim entre o Parlamentar e o pastor. O Parlamentar está consternado com tudo o que tem acontecido em nosso País em função desse processo de corrupção e com o silêncio de V.Sa., que mexe de fato com as emoções. Mas o pastor, quando olha para o seu semblante, fica com o coração pequeno.

Diferente da outra pessoa que nós inquirimos aqui, na última semana — ele debochou deste Parlamento, sorria —, eu vejo no seu semblante não um semblante de raiva, mas um semblante de angústia. E até entendo por quê: por trás do senhor há a família e tantas pessoas mais. Eu havia preparado aqui um grande número de perguntas. Usei o meu *Facebook* — eu tenho mais de 2,1 milhões de seguidores —, e me mandaram mais de mil perguntas. Tentei selecioná-las, e todas elas convergem para uma só pergunta: a quem V.Sa. protege neste momento? Sei que V.Sa. não vai responder, mas é que eu fico pensando comigo que, mesmo amparado pela Constituição Federal, o seu silêncio é legal, mas não é moral neste momento, porque as ruas clamam por uma explicação. E eu sei que, com o poder que lhe foi conferido agora, pela sua consciência, pelo seu coração — a sua palavra tem um poder tão grande, e eu sei que o senhor sabe disso —, o senhor poderia fazer a República cair hoje. Mas também fico imaginando o seu coração tentando escolher entre terminar como Marcos Valério ou, quem sabe, como Celso Daniel. Sei que é muito complicado isso dentro de V.Sa.

Eu me lembrei aqui, já que fui citado como pastor, de que houve um homem, um servidor público, citado na Bíblia, que, um dia, com o coração apertado também, a mente pesada, subiu em uma árvore — o nome dele era Zaqueu. Ele foi um grande algoz, mas, no momento em que se encontrou com o arrependimento, ele se tornou um ícone tão grande que virou até tema de música. E essa música, alguns anos atrás, no Brasil, bateu recorde de vendas. Quem sabe, nesta tarde, não seria

uma oportunidade, Sr. Renato Duque, de o senhor deixar de ser agora o maior algoz do Brasil e se transformar num algoz arrependido e falar para nós aqui de fato o que acontece, quem está no topo dessa cadeia alimentar, dessa cadeia de corrupção miserável, que aflige as entranhas do nosso País.

O diabo é um ser maligno mesmo; ele ajuda a pessoa a fazer, mas não ajuda a pessoa a esconder. Isso eu ouvi de um grande amigo e um grande sábio.

Então, eu deixo aqui para o senhor a única pergunta sobre a qual eu gostaria que o senhor se manifestasse, porque as demais perguntas, como foi dito pelo nosso Presidente, vou pedir que constem em ata. A única pergunta que eu faço a V.Sa. é esta: V.Sa. tem consciência de que o seu testemunho aqui nesta tarde poderia derrubar a República? Sobre essa eu queria ouvir a sua resposta.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou ficar calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - É um direito que lhe assiste. M

as eu gostaria de deixar um conselho: derrube a República, mas não derrube a sua família, não derrube o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Prascidelli, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, antes de me dirigir ao depoente, vou fazer um registro para o bom andamento dos trabalhos.

Há Deputados nesta CPI que muitas vezes se sentem inquirindo alguém nos porões da ditadura militar. E nós não vivemos mais esse tempo. Nós vivemos um tempo de democracia, aliás, um tempo pelo qual o Partido dos Trabalhadores, juntamente com outros partidos, com outros militantes de diversos movimentos sociais, lutou a vida inteira para ter. Isso que nós vemos aqui hoje é fruto da nossa luta. E, portanto, nós não aceitamos nenhuma pecha e nenhum título que nos tentam atribuir fora de ordem. Nós queremos, efetivamente, apurar tudo. O que nós não queremos é fazer luta política sem, efetivamente, considerar aquilo que está em jogo, que é construção aqui — e este é o nosso papel — de um Parlamento que de fato represente a população.

Nós já tivemos dezenas de CPIs nesta Casa que se propunham a extinguir, a acabar com os mais diversos tipos de corrupção. Não é esta que o fará, se nós não mudarmos muitas outras coisas que, por exemplo, dizem respeito à condução das pessoas para vir para este Parlamento, com relação, por exemplo, ao financiamento público de campanhas, que nós queremos, de fato, que prevaleça aqui.

Eu quero fazer algumas questões ao depoente. Sei que V.Sa. não vai responder, então vou perguntar bastante rapidamente, para constar em ata. E, no momento oportuno, junto com seus advogados, V.Sa. poderá dar as respostas tanto a mim quanto aos demais Deputados.

V.Sa. entrou na PETROBRAS há bastante tempo. Pelo que nós vimos, trabalhou lá mais de 30 anos, ocupou vários postos. Primeiro, quero saber como era feita a composição dos preços na PETROBRAS ao longo de todos esses anos. Segundo, a Lei nº 8.666 foi instituída em 1993. Depois, só em 1998 foi feita uma alteração pelo Presidente Fernando Henrique nos contratos da PETROBRAS. Quero dizer e quero registrar aqui que acho que a PETROBRAS, conforme disse neste Parlamento o Presidente Gabrielli, evidentemente, é diferente do conjunto dos serviços públicos pela sua complexidade e, portanto, tem que ter especificidades que outros órgãos talvez não tenham. Mas eu queria que V.Sa. respondesse como era o sistema de contratação antes e como passou a ser depois desses momentos.

Terceiro, havia indicações políticas na PETROBRAS de partidos e de governos anteriores ao de 2003? Como eram compostas as Diretorias da PETROBRAS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Para concluir, gostaria de saber como eram compostas as Diretorias da PETROBRAS e como essas Diretorias se reportavam ao Ministério de Minas e Energia, como se reportavam ao Governo naquela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Vou concluir, Sr. Presidente.

Como eram feitos os contratos com essas empresas que atuam na PETROBRAS? Como se chegava a essas empresas, para que fosse definida a sua contratação?

E, para eu concluir: outros delatores têm dito que foram procurados por diversos partidos, por diversos políticos. O senhor foi procurado por algum político para pedir recurso, para pedir dinheiro ao longo da sua carreira, não apenas no período em que ocupou a Diretoria, mas ao longo de sua carreira? O senhor tem conhecimento de alguém que foi procurado para isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Seguindo a orientação dos advogados, eu permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Lelo Coimbra, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, as minhas perguntas estarão no conjunto enviado pelo Deputado Celso Pansera, um conjunto de 15 perguntas feitas pelos membros do PMDB que estão aqui na CPI. Faço alguns comentários no meu tempo.

Sr. Renato, eu não tenho dúvida de que V.Sa. está refletindo e trabalhando o processo de delação premiada, porque, se não estivesse, seria de uma absoluta irracionalidade, em face do julgamento do mensalão, das delações e da evolução deste procedimento, do modo como tem avançado. Então, seguramente, esse fato se dará.

O seu silêncio, na realidade, constrange-nos aqui, como constrange os brasileiros, porque esperávamos que o que vai ser dito lá adiante e que vai retornar para cá fosse dito aqui — mas não está sendo dito — com a candura com que o Barusco aqui esteve e falou do seu processo, do seu papel e daqueles que o acompanhavam. Então, essa é uma indignação importante.

Aqui se falou do constrangimento de o senhor estar aqui. Seguramente o senhor está constrangido, mas com constrangimento está o povo brasileiro. Quando se associa todo esse procedimento de desvio de dinheiro, nos 9 anos de 2003 a 2012, esse duto em que se transformou o processo da PETROBRAS, esse constrangimento ao povo brasileiro é profundamente indignante, profundamente indignante.

Fala-se do decreto. Aliás, eu queria até propor aos Deputados que inquiriram o Ministro Gilmar Mendes, corretamente, pela demora do seu voto na questão do

financiamento privado que também inquerissem o Ministro Dias Toffoli, cuja presença aqui eu já requeri, porque há 10 anos ele está com um processo de julgamento de mérito que pede a revisão desse decreto que abriu as portas para essas facilitações, ao se permitir o convite a empresas escolhidas para um processo licitatório simplificado. Esse é um requerimento importante, que acho que deveria ser feito, Presidente, pela própria CPI, aprovando ainda a vinda do Ministro Dias Toffoli aqui, conforme o requerimento que está colocado. Essas questões são muito importantes.

Eu não tenho dúvida de que a indignação com que todo o povo brasileiro se encontra vai aumentar ainda mais, à medida que essas informações vão se processando ou à medida que o silêncio conivente, o silêncio que denuncia a culpa também se processe neste momento. Seguramente, V.Sa. estará brevemente fazendo processo de negociação da sua delação premiada por tudo que o cerca em termos de possibilidades de que o senhor se torne — como já foi dito aqui — uma figura a exemplo do Marcos Valério, que carregue sobre si a carga central, principal, em nome da cobertura de outras pessoas, em nome da cobertura ou do processo de "alaranjamento" para outras pessoas que, neste momento, a sua presença explicita pelo ensurdecedor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Lelo.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - ... silêncio que V.Sa. faz aqui, ao longo deste depoimento de perguntas sem respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu vou fazer três perguntas bem rápidas ao depoente e, depois, fazer uma pequena consideração.

Sr. Renato Duque, a quem ou a que o senhor reputa o fato de que todos aqueles que optaram pelo benefício da delação premiada — todos: empresários, seu ex-colega de PETROBRAS Pedro Barusco, seu braço direito, seus colegas de Diretoria, os operadores desse esquema criminoso —, todos eles, apontarem o senhor como o capo dessa organização criminosa na PETROBRAS? O senhor sabe a que reputar essa constante citação do seu nome como o grande responsável por isso?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputado, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, veja se o senhor concorda com uma colocação feita aqui pelo Pedro Barusco, que, como disse aqui meu colega Deputado, saiu daqui como herói, embora eu veja nele um bandido como o senhor. Vou citar textualmente o que ele disse: *"Eu acho a governança da PETROBRAS, apesar de ter acontecido o que aconteceu, eu acho a governança da PETROBRAS boa. Eu acho que o problema não está no fato, está nas pessoas, está na instituição. Mas a governança dos processos licitatórios é muito firme".*

Quero saber se o senhor concorda com essa afirmação do Sr. Pedro Barusco de que a governança da PETROBRAS, a despeito de tudo o que nós hoje conhecemos, é uma governança de boa qualidade.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputado, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Renato Duque, o senhor, como engenheiro, homem que conhece bem de números, deve conhecer de finanças. O senhor acha que o seu patrimônio hoje — seu patrimônio visível, declarado — é compatível com os seus rendimentos de anos como funcionário da PETROBRAS? Por mais que os salários da PETROBRAS sejam bem vistosos, o seu patrimônio... E é bom que se esclareça que o senhor hoje é proprietário de um prédio na Barra da Tijuca. O senhor não tem só uma cobertura. O senhor morava num apartamento de classe média-alta na Tijuca e construiu um prédio na Barra da Tijuca; o senhor mora na cobertura, e seus filhos moram nos outros andares.

Agora, na operação da Polícia Federal, foram encontradas na sua residência inúmeras obras de arte, sem valor calculado ainda, fora outros imóveis que o senhor adquiriu e transmitiu aos seus filhos. Eu gostaria que o senhor me dissesse se o senhor entende que o seu patrimônio visível, hoje, é compatível com os seus vencimentos de funcionário da PETROBRAS.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputado, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, para encerrar, Sr. Renato Duque, eu não vou mais fazer nenhuma pergunta. Eu vou dar-lhe aqui talvez um conselho, se é que posso chamar assim.

Estou vendo o senhor acompanhado aqui de vários colegas da Polícia Federal que vieram trazê-lo de Curitiba. E sei hoje da capacidade dessa instituição

para aprofundar essa investigação em parceria com o Ministério Público e com o Judiciário.

Hoje a Polícia Federal talvez seja uma das polícias mais bem preparadas do mundo para esse tipo de investigação. Fora a qualidade dos seus integrantes, ela tem hoje um arcabouçou tecnológico extremamente avançado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Aluisio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Gostaria só de avisar ao senhor, por exemplo, que essas imagens que possivelmente o senhor acredita que estejam apagadas, do restaurante ou do hotel que o senhor frequentou, podem, sim, ser resgatadas através de artifícios tecnológicos, mesmo que tenham sido apagadas há 2, 3 anos. Então, quero dar um conselho ao senhor: faça como alguns que se envolveram nessa organização criminosa e que declinaram do apoio jurídico, inclusive, de um dos maiores advogados do Brasil, o Sr. Kakay, em função do benefício da delação premiada. Que o senhor reflita, porque, a partir do momento em que a Polícia Federal e a Justiça tiverem essas provas materiais, talvez a sua delação não seja mais necessária. Acho que o senhor deveria refletir muito sobre isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Efraim Filho, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Renato Duque, o senhor tem, sim, o direito constitucional de permanecer calado, mas o seu silêncio é ensurdecedor. O seu silêncio, Sr. Renato Duque, é ensurdecedor para o ouvido do povo brasileiro. Sabe por quê? Porque o que o senhor faz grita tão alto ao povo brasileiro que mal importa o que o senhor fala ou o que o senhor deixa de falar. As suas ações, as suas condutas estão provadas. Os depoimentos e as delações falam, sim, pelo senhor.

Sr. Renato Duque, o que o senhor fala pouco importa. A sua boca mal se mexe, o senhor foi incapaz até de dar um sorriso, mas os olhos falam. Os olhos são a janela da alma, são a janela do coração.

Qualquer pessoa pode imaginar como o seu coração está apertado, neste momento, como o senhor se segura para não demonstrar o mínimo de emoção que

seja, uma lágrima que role do seu olho. O seu coração pensa na sua família, o seu coração pensa nos seus filhos, pensa nos seus netos.

O rol de condutas pelas quais o senhor está sendo processado é um passeio pelo Código Penal: corrupção, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha. São tantos anos de prisão, Sr. Renato Duque, que, se o senhor não fizer a delação premiada, ninguém sabe se o senhor terá tempo para desfrutar com sua família, para voltar a ver seus netos contarem como foi o dia na escola, para ver um neto engatinhar. Essas são emoções que 100 milhões de dólares não irão pagar. E um gesto de nobreza que um Duque pode fazer agora é falar, falar para dar a sua família, ao seu neto na escola, um argumento de que o vovô conseguiu fazer o bem para este País. É nisso, Sr. Duque, que o senhor tem de pensar.

O senhor está representando uma máquina de corrupção, feita para alimentar um projeto de poder. Isso está bem claro. Nenhuma agremiação foi tão sofisticada, com tanta metodologia para roubar tanto! São chefes, são operadores, são tesoureiros, são planilhas, são percentuais preestabelecidos. Nenhuma agremiação sonhou em ter tanta sofisticação e ser tão organizada para roubar tanto neste País.

Aqui nos depoimentos de delação premiada, Sr. Renato Duque, o Sr. Pedro Barusco, o Sr. Augusto Mendonça Neto, todos eles falam que se sentaram com o senhor, que têm provas de que no exterior... E eu vou dizer aqui o nome das...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que há provas. Que o senhor pense, realmente, neste momento, porque diz aqui o Sr. Augusto Mendonça Neto, no seu depoimento, que pagou 1 milhão de dólares — são palavras dele — de uma conta mantida no Banco Safra no Panamá, em nome da Companhia Stowaway, para a conta Marinelo, de Renato Duque; que esse pagamento foi feito desde conta no exterior, em favor de Renato Duque, e que ele está apresentando comprovante da transação de 1 milhão de dólares. Está aqui, está no papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Ok, Deputado. Conclua.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Tire do papel e faça um gesto... O seu silêncio é ensurdecedor, mas eu tenho certeza de que ainda resta nobreza no seu

coração. Fale para o Brasil, não agora, se não quiser, mas na delação premiada. Fale para a sua família, resgate a oportunidade de viver com dignidade os seus últimos dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O próximo inscrito é o Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)*

Não se encontrando S.Exa. no recinto, passo a palavra ao Deputado Carlos Marun. *(Pausa.)* Também está ausente.

Passo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhor depoente, Sr. Relator, eu queria iniciar minha fala, primeiro, solidarizando-me com o colega de profissão, o advogado Alexandre Lopes, uma vez que, ao tê-lo tachado de incompetente, feriu-se, na verdade, a profissão de advogado. Como advogado, eu gostaria de repudiar neste momento essa acusação por parte de dois colegas que me antecederam.

Quero lamentar, Sr. Presidente, o fato de o depoente, reservando o seu direito a ficar calado, não poder responder às perguntas.

Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores estamos aqui, sim, para investigar, estamos no início de uma investigação, nós somos investigadores; ao contrário de alguns da Oposição que me antecederam neste momento, que já acham que fizeram a investigação e já estão condenando e julgando quem quer que eles queiram.

Há alguns princípios que são importantes e devem ser levados em consideração, tudo deve ser relativizado, porque nós vamos aprofundar as investigações. Dizer que quem cala consente é uma confissão, quem atua nos processos investigatórios, no processo penal, sabe não é bem assim. É um mecanismo que se está utilizando exatamente para que se possa esclarecer a própria justiça.

Eu acredito que cabe a nós, portanto, fazer um aprofundamento das delações. E é nesse sentido que eu queria fazer uma ponderação. Por exemplo, o Sr. Pedro Barusco esteve aqui, nesta CPI, e mentiu. Colocou aqui claramente que atuava junto ao tesoureiro do PT, Vaccari, com propinas, de 2003 a 2013. Ocorre

que Vaccari é tesoureiro do PT a partir de 2010. Portanto, é uma mentira numa delação premiada.

O Sr. Paulo Roberto Costa, ontem, voltou atrás na sua delação, dizendo que não esteve com Palocci, que não teve nenhum contato com Dilma, não teve nenhum contato com o Presidente Lula. Da mesma maneira, o PSDB e alguns partidos não querem levar em consideração, por exemplo, as delações que foram feitas contra o Anastasia por parte do policial Careca e também do Alberto Youssef.

Então, é nesse sentido, Sr. Presidente, que eu quero fazer as perguntas, finalizando. Exatamente para que a gente possa ter essa oportunidade de verificar a respeito das delações.

Primeira pergunta: os Srs. Augusto Mendonça e Pedro Barusco disseram que o pagamento de propinas se iniciou a partir da década de 90. Eu queria saber o que o senhor tem a dizer.

Vou fazer em bloco, Presidente?

Ele disse que não havia sobrepreço nos contratos da PETROBRAS — queria que o senhor se posicionasse a esse respeito —, que não houve coação a empresários para o pagamento de propinas à PETROBRAS — queria que o senhor também se posicionasse.

Por fim, Sr. Presidente, queria perguntar ao depoente se ele acredita que as doações legais recebidas, ao longo do período em que ele esteve como Diretor da PETROBRAS, por vários partidos, como o PT, PSDB, PP, PMDB, doações legais que foram recebidas das empresas envolvidas no Lava-Jato, foram objeto de propina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

Sr. Renato Duque.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Mantendo a orientação do advogado, permanecerei calado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Próximo orador, Deputado Celso Pansera, que está abrindo mão da fala e deixando aqui registrada uma série de indagações que vão constar da ata da reunião.

Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu quero inicialmente repudiar todas as citações à família do depoente. Quero repudiar como mulher, como mãe. Eu quero repudiar como uma pessoa que defende que as pessoas possam ser cobradas pelos seus atos, mas que não é ético, e todos devemos cumprir princípios constitucionais e éticos, repassarmos a responsabilidade que estamos investigando do Sr. Renato Duque para qualquer dos seus integrantes da família. Eu repudio veementemente! É inconstitucional, é antiético, portanto, repudio!

Quero perguntar ao senhor, Sr. Renato Duque, sobre questões relacionadas ao depoimento de Pedro Barusco. Porque alguns, muitas vezes, aqui, na CPI, talvez queiram receber um troféu "Demóstenes Torres", aqueles que atacam a todos, aqueles que ficam falando como se toda política fosse mediada pela sujeira. Mas Demóstenes Torres talvez seja o exemplo mais nefasto que há na política. Ele sentava nessas CPIs atacando a todos. Na verdade, foi comprovado que ele próprio era um grande envolvido, que utilizava suas prerrogativas de Senador. E os partidos não respondem mais por isso. E, assim, foi tratado o Sr. Pedro Barusco, na semana passada, com cordialidade.

Quero perguntar isso ao senhor, porque aqui ele mentiu, como foi dito pelo meu colega, quando se referiu ao tesoureiro do PT, como se tivesse tratativas com o tesoureiro do PT desde 2003. Ora, o Sr. Vaccari assumiu a tesouraria do PT em 2010. E essas datas, ele, Pedro Barusco, conhece muito bem. Ou mentiu ou agiu de má-fé. E terá responsabilidade de mentir numa condição de delação premiada, o que talvez não tenha sido lembrado a ele aqui.

Mas, vejam os senhores a gravidade da questão. Quando nós perguntamos a ele sobre isso que eu lhe pergunto, do período anterior a 2003, de quem o chefiava, de quem eram os seus chefes, de qual era a quadrilha, de quem montou essa estrutura que por fora da estrutura da PETROBRAS tinha margens, limites, percentuais, e que agora se manteve — porque tudo indica isto —, ele não quis responder. Disse que não podia.

Eu lhe faço a mesma pergunta que fiz a ele: Quem montou essa estrutura? Essa estrutura existiu? Vaccari sentará aqui, daqui a alguns dias, provavelmente — nós sabemos que isso ocorrerá —, mas todos os tesoureiros dos partidos sentarão

aqui, ou esta CPI estará marcada pela parcialidade e por estar sendo apresentada como algo contra o PT. E não esqueçam o Demóstenes, não esqueçam dos seus partidos. O PT sabe responsabilizar quem erra no seu meio, mas os demais partidos parece que não querem verificar as suas próprias contradições.

E, aliás, concluo dizendo que ontem o Juiz Moro autorizou passar essas informações coletadas com o doleiro Youssef para o Ministério Público de São Paulo, sobre a contratação do monotrilho. O que será muito importante, porque agora nós vamos poder conectar as operações da Lava-Jato com aquilo que foi feito em São Paulo também e com o trensalão do PSDB paulista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Com a palavra agora o Deputado João Carlos Bacelar, em seguida, a Deputada Eliziane Gama.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente Deputado Antonio Imbassahy, Sr. Relator Deputado Luiz Sérgio, Sras. e Srs. Deputados, estamos ouvindo aqui o depoimento do Sr. Renato Duque. Ele já disse várias vezes que não vai responder, usando os preceitos constitucionais que lhe permitem não responder aqui. Mas, ao mesmo tempo, houve esse esforço concentrado da Polícia Federal para trazer S.Sa. até aqui, com vários agentes, avião da Polícia Federal, com um custo altíssimo para o erário brasileiro. E aí, Presidente Imbassahy, muitos de nós já sabíamos que o Sr. Renato Duque não falaria hoje na CPI. E eu dou como sugestão inclusive a esta Comissão que, quando isso acontecer, e nós já soubermos antecipadamente — como já se comentava aqui ontem que ele não falaria hoje —, que se crie uma comissão para ir até lá e ouvir o que nós estamos ouvindo hoje. Porque é patético fazer essas perguntas de um lado e de outro e sempre o Sr. Renato Duque dizer que não vai responder, usando aí os conselhos da equipe de advogados que o cercam.

Então, dou como conselho e como sugestão a esta nobre Comissão: nas próximas vezes que isso acontecer, que se forme um grupo de Parlamentares para ir até o destino onde se encontre o preso ou a pessoa que nós estaremos convocando para a CPI, para evitar esse constrangimento. Porque é constrangedor perguntar, perguntar, perguntar! Eu sei que deve estar sendo também para a família

dele, que o está assistindo nessa situação, mas é pior ainda para o brasileiro ver toda essa situação pelo que está passando o País hoje.

Mas eu tenho uma pergunta aqui formulada pela minha equipe e eu queria fazê-la aqui, sabendo que ele não vai me responder, mas quero fazer. Sr. Renato Duque, o senhor tem conta no exterior?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Seguindo o conselho dos advogados, eu vou me resguardar o direito de não responder.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Nós temos aqui publicada na imprensa nacional uma carta rogatória internacional dizendo que o senhor é proprietário de uma conta em Mônaco. Inclusive o advogado do senhor tinha dito que não era verídico. Eu queria saber se o senhor tem conta nesse banco em Mônaco, no Banco Julius Baer.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputado, eu vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Na segunda-feira, o advogado de V.Sa., o Alexandre Lopes, que o acompanha, disse que não teria conta, que isso não era verídico — essa conta. E eu queria, Sr. Presidente, que fosse aqui, como sugestão, Deputado Antonio Imbassahy, chamado nesta Comissão, até para esclarecer isso — eu tenho aqui os jornais, o *Correio Braziliense*, que mostra a carta rogatória —, até para esclarecer isso. Ou seja, tem uma carta rogatória internacional com o Diretor-Geral assinando, o Sr. Daniel Rosenthal, e a Gerente-Geral de Risco do Banco. É para esclarecer isso para a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - E vamos aqui tentar, nobres colegas, ser mais, inclusive, diretos, porque nós não vamos ter as respostas que muitos queriam ter. E, para a gente não ficar aqui perguntando, perguntando e jogando para a plateia, na próxima vez, a gente pode formar um grupo pequeno para ir até o juiz e o convidado, o intimado a vir a esta Comissão, para a gente poder, quem sabe, ter mais informações preciosas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado João Carlos Bacelar.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama, em seguida, o Deputado Afonso Florence.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, na próxima terça-feira, nós teremos uma reunião nesta Casa, nesta CPI, e será uma reunião deliberativa. E eu queria falar que espero, acima de tudo, que nós venhamos a colocar em pauta e aprovar os requerimentos, pedindo a quebra do sigilo das empresas de fachada e das empreiteiras, que nós já protocolamos nesta Casa.

É de extrema importância a aprovação desses requerimentos, bem como a convocação dos integrantes da lista de Janot, porque se torna fundamental isso. A gente não pode usar nesta CPI dois pesos e duas medidas. Todos precisarão ser ouvidos nesta Comissão e, naturalmente, o Vaccari, porque as informações que chegam a esta Comissão, referentes ao tesoureiro, são preocupantes. Os montantes que foram apresentados aqui, inclusive pelo Barusco, são números exorbitantes, que não podem passar sem que haja, na verdade, as devidas responsabilidade, coerência e investigação por parte desta CPI. O Presidente desta Comissão tem sido de uma postura muito correta na condução dos trabalhos, na agilidade dos trabalhos. A gente espera, portanto, que também tenha a mesma precisão em colocar esses requerimentos em pauta.

Eu queria fazer uma pergunta, muito embora a gente esteja aqui vendo a posição do Renato Duque, de não se posicionar. E falo ao senhor que eu tenho muita dificuldade em tratar dessas questões referentes à família. Eu acho que família é um bem inviolável, e dói muito quando se trata realmente de família. Por isso não concordo que alguém seja responsabilizado, sem que necessariamente esteja participando desses atos, por outro membro da família em geral, às vezes o marido. E eu acompanho muito isso, por exemplo, mulheres que às vezes são vítimas do tráfico de drogas feito pelo marido e, às vezes, acabam sendo presas sem terem nenhuma participação. Mas também eu não posso me negar a fazer uma pergunta, porque eu recebi as informações e, portanto, não posso deixar de fazer esse questionamento.

As informações que eu tenho são de que há, na verdade, um filho seu, que, inclusive, mora hoje na Europa e trabalha na empresa francesa chamada Technip, que é uma empresa da UTC Engenharia, portanto sócia da UTC Engenharia, cujo Presidente, Sr. Ricardo Pessoa, está preso, como todos nós sabemos, na Polícia Federal — e fala-se que é um amigo íntimo do ex-Presidente Lula —, por desviar milhões de reais da PETROBRAS e pagar propinas a partidos e políticos, como todos nós acompanhamos aqui.

A pergunta que eu faço ao senhor: estaria, portanto, o seu filho envolvido nesse esquema, inclusive com possibilidades de nem retornar ao Brasil e, portanto, correndo o risco até de ser preso? Ou seria ele mais uma vítima desse emaranhado de corrupção que se instaurou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E eu posso imaginar o sofrimento dele e da família em estar acompanhando o senhor neste momento aqui, nesta Comissão.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputada, eu vou contra a orientação do meu advogado, e faço questão de responder a essa pergunta, porque se trata do meu filho. Primeiramente, a Technip, a empresa que a senhora acabou de citar, ela não tem nada a ver com a UTC. A Technip é uma das maiores empresas na área de petróleo do mundo, uma empresa internacional. Então, primeiramente, vamos desvincular a Technip da empresa UTC. A Technip é muito maior do que a UTC, é uma empresa internacional, e não tem nada a ver. O meu filho trabalhou nessa empresa, em Houston, e um tempo no Brasil. O meu filho é economista formado, foi recrutado por um *headhunter* e trabalhou nessa empresa. Quando o meu filho foi recrutado para trabalhar nessa empresa nos Estados Unidos, eu fiz uma consulta formal ao Jurídico da PETROBRAS: se haveria algum empecilho. E a resposta foi: *"Não. Pode trabalhar, não tem problema nenhum, ele está trabalhando, a vida é dele."* Ele retornou ao Brasil, depois de um ano e meio nos Estados Unidos, com a família dele. Não era na Europa, era nos Estados Unidos. Algum tempo depois, ele se retirou para montar o seu próprio negócio. Então, é isso que eu tenho que esclarecer à senhora.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Hoje ele não integra, portanto, a empresa?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não, não, não. Hoje ele não é da Technip, já há algum tempo, já há alguns meses.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E ele não tem, também, nenhum impedimento de vir ao Brasil?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não, ele mora no Brasil.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele mora, atualmente, no Brasil?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Mora no Brasil.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Com a palavra agora o Deputado Afonso Florence e, em seguida, o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu vou declinar dessa minha inscrição e solicitar que, se, porventura, Parlamentares que estão inscritos e que não estão presentes, mais tarde, fizerem intervenções, V.Exa. considere a possibilidade de eu fazer uma reinscrição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Deputado José Carlos Araújo. *(Pausa.)*

Não se encontrando, Deputado Carlos Andrade. *(Pausa.)*

Também não se encontrando, Deputado Paulo. *(Pausa.)*

Também não se encontrando, vamos agora à relação, à lista de não membros da CPI. Deputado Arnaldo Jordy. *(Pausa.)* Também ausente.

Deputado Fausto Pinato.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, eu queria aqui primeiro me solidarizar com o Dr. Alexandre Lopes, colega — também sou advogado —, e me referir ao Sr. Duque não com perguntas, que já foram repetidas, e sim com aquilo que está nos jornais, inclusive falado pelo meu colega.

Foi estampado nos jornais e foi respondido aqui que nunca houve movimentação de contas no exterior pelo senhor ou por terceiros que estariam ligados ao senhor. Inclusive, o colega assim pontuou também na imprensa. Eu queria dizer que, se não houve isso, eu estou com um documento em mão aqui. O senhor pode continuar com o direito de permanecer calado, que é um direito seu.

Sou advogado e respeito o art. 58 da Constituição. O senhor só balança a cabeça, onde o senhor se compromete, caso ficar comprovado — é isso que interessa também para o nosso País —, provado pela Justiça que o senhor tem dinheiro no exterior, o senhor ou terceiros, o senhor se compromete imediatamente a devolver, a autorizar a Justiça a transferir esse dinheiro para o Tesouro Nacional.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Seguindo a orientação do advogado, ficarei calado.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Renato Duque, tudo bem, respeito V.Sa. Quero dizer o seguinte: o senhor hoje é pai do tempo, um tempo que está mudando as legislações. Inclusive, existem colegas hoje tentando mudar a execução criminal. E digo ao meu colega que é uma estratégia inteligente a do silêncio. Que, pela idade avançada, seria bom o senhor pensar na delação premiada. Muito obrigado.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - O senhor disse que eu tenho idade avançada, é isso?

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Pela pena que o senhor pode pegar, se mudar a execução criminal, talvez o senhor não vá ter a mesma sorte do José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Seguindo aqui a relação do inscritos, Deputado Caetano. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)* Também ausente.

Deputado João Gualberto. *(Pausa.)* Também ausente.

Deputado Vitor Lippi, em seguida, Deputado Mário Heringer.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Sr. Presidente, nós vivemos, realmente, um momento muito grave. Acho que poucos imaginavam que o País fosse viver esse momento, um momento do caos. A Presidente Dilma não pode mais sair na rua, com medo de ser vaiada. O PT continua insistindo que está tudo ótimo, que a compra de Pasadena foi um ótimo negócio. A nossa Presidente Dilma continua dizendo que a compra de Pasadena é um ótimo negócio e que a PETROBRAS está indo muito bem. O último depoente, na semana passada, disse também que a PETROBRAS foi muito bem, que está indo muito bem.

O povo está cansado de mentira. É uma hipocrisia isso. Quem escolheu a diretoria da PETROBRAS, e foi indicação política, foi o Governo. Quem é responsável pelo Governo?

Existe ali um esquema. O Sr. Pedro Barusco esteve aqui e contou, com detalhes, onde aconteciam as reuniões, a periodicidade, o percentual, os valores. Todo o mundo ouviu. O Brasil inteiro ouviu. E ele estava aliviado aqui, porque ele falou: *"Bom, isso vai diminuir a minha pena. Estou falando a verdade, vou contribuir para o esclarecimento das questões"*. Nós estamos numa situação tão grave que não tem mais volta, todos nós sabemos.

Hoje, mais um fato importante: um empresário importante de São Paulo disse que era chantageado — ele prestava serviço à PETROBRAS. Não se tratava dessa questão de que havia um grupinho de empresários, antes, que se reunia, não, ele era chantageado para receber o dinheiro que a PETROBRAS devia para ele, chantageado pelo esquema político. Quem é o responsável político pela PETROBRAS? Quem é que indicou todo o mundo?

Uma PETROBRAS que era o orgulho do Brasil, hoje, é uma das empresas mais endividadas do mundo, onde as pessoas estão chorando o desemprego, uma empresa desacreditada. Aí, vem o PT, de novo, com cinismo, dizer que quer salvá-la. O PT e o Governo deram um tiro no peito da PETROBRAS e, agora, eles se apresentam: *"Nós queremos salvar a PETROBRAS"*.

Por tudo isso, a população não acredita mais. Srs. Deputados, por isso a aprovação da Dilma está lá embaixo e vai piorar, porque, agora, vem o desemprego no Brasil, exatamente por todos esses desmandos e esses problemas gravíssimos. O País não suporta mais isso. O Brasil quer ser passado a limpo.

O que nós estamos pedindo aqui? A verdade. Não há mais volta. Nós já temos tantos detalhes, já foram levantados aqui tantos detalhes, estão surgindo tantos detalhes que, agora, eu acho que é a hora de a gente resolver esse problema.

Então, apenas para terminar a minha fala, é óbvio que o senhor não falará nada hoje, aqui. Imagino o constrangimento do senhor. Mas eu não tenho nenhuma dúvida de que o senhor não fala, porque a situação é tão grave que só tende a piorar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Para terminar, eu gostaria muito, em respeito aos brasileiros — muito foi roubado do Brasil, muito foi roubado do Brasil! —, de dizer: não vamos roubar a esperança do brasileiro em busca da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. O próximo inscrito é o Deputado Mário Heringer. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Julio Lopes. *(Pausa.)* Também ausente.

Deputado Indio da Costa. *(Pausa.)* Também ausente.

Tem a palavra o Deputado Laudivio Carvalho.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Sr. Presidente, eu tenho 3 perguntas a fazer ao Sr. Renato Duque.

V.Sa. pode descrever o que sabe sobre a relação entre a PETROBRAS e a Sete Brasil, em especial sobre a indicação do Sr. Pedro Barusco para assumir a Diretoria da Sete Brasil? O senhor pode responder?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Atendendo à orientação do advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - V.Sa. teve participação nesta indicação, considerando que ele era o seu subordinado na PETROBRAS?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Segundo orientação do advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - V.Sa. teve ou tem alguma participação nas atividades da Sete Brasil?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Olha, Sr. Duque, apenas para complementar, quero dizer que o silêncio do senhor está falando muito mais alto no Brasil neste momento. O custo da sua transferência para lá, para cá, pesa nos bolsos de todos nós que somos brasileiros. Bote a mão na consciência, responda as perguntas que são feitas, responda à Nação.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Nada a declarar.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Paulo Pereira. *(Pausa.)*

Não estando presente, Deputado Alfredo Kaefer. *(Pausa.)*

Também não estando presente, o último Deputado inscrito e não membro, Deputado Goulart.

Também não estando presente...

O SR. DEPUTADO GOULART - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Desculpe, Deputado.

O SR. DEPUTADO GOULART - Tendo em vista que o depoente se recusa a responder, eu declino da minha intervenção. Na primeira oportunidade que o depoente venha realmente esclarecer os fatos, eu voltarei a fazer pergunta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Eu agradeço ao Deputado Goulart. E, não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao Sr. Renato Duque para suas considerações finais.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer o seguinte: alguns Deputados levantaram essa questão do custo de eu ter vindo aqui e permanecer calado. Eu gostaria de dizer que foi comunicado com antecedência que eu iria me manter calado. Então, não posso ser responsabilizado por esse custo. Já era uma decisão tomada de acordo com a orientação do advogado e de acordo com o meu direito constitucional. Então, não há por que eu ser penalizado por isso. Em segundo lugar e encerrando, eu não tenho problema nenhum em discutir qualquer um dos assuntos que aqui foram levantados, porque eu tenho a consciência tranquila e sei que eu tenho como responder, e tenho argumentos suficientes para rebatê-los. Apenas eu tenho obrigação de seguir minha orientação legal. É isso. Não é porque eu tema ou porque eu esteja de antemão me declarando culpado; muito pelo contrário, eu vou me defender, eu vou provar que os meus bens tem fundo no meu trabalho. Tenho 34 anos de companhia e tenho orgulho de ter sido Diretor por 9 anos da companhia. Eu lamento que a companhia esteja nessa situação agora, eu lamento que obras estejam parando. Não era para acontecer isso, mas tudo a seu tempo. Vou terminar como eu comecei. Acho que vai ter um tempo para calar e vai ter um tempo para falar. Sem querer citar a Bíblia ou

qualquer outra coisa, mas eu estou com a consciência tranquila e vou me defender na hora certa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Lembrando que na próxima terça-feira, às 14h30min, teremos uma sessão deliberativa para apreciação de requerimentos, declaro encerrada a presente sessão e agradeço a presença de todos.